

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

Fundação Getúlio Vargas

Autor (s)

Ruben Cesar Keinert

Título da Pesquisa

Valores e Significados Atribuídos às Armas de Fogo por Cidadãos Proprietários e por Detentores do Porte de Armas

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**

**VALORES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS ARMAS DE FOGO
POR CIDADÃOS PROPRIETÁRIOS E POR DETENTORES DE PORTE
DE ARMAS**

Equipe técnica

Prof. Dr. Ruben Cesar Keinert (responsável técnico)

Prof. Dr. Francisco Cesar Pinto da Fonseca

Prof. Dr. Izidoro Blikstein

Msc. Hironobu Sano

Msc. Luciano Bueno

Msc. Fábio Franklin Storino

**RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA APRESENTADO À
SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

DEZEMBRO/2005

Agradecimentos

À Polícia Federal, na pessoa de seu Diretor Geral, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda.

Ao Dr. Wilson Sales Damásio, Coordenador Geral de Defesa Institucional da Polícia Federal.

Ao Dr. Fernando Segóvia, Diretor do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.

Ao prof. Dr. Fernando Filgueira, pela análise crítica e especializada em técnicas de pesquisa.

À equipe de digitadores, Rafael Heredia, Gláucia Akem Miyagi e Daniela Perazolo, pela ajuda na tabulação dos formulários.

Ao prof. Dr. Wilton de Oliveira Bussab pela orientação na análise dos dados.

Sumário

Agradecimentos	2
Sumário.....	3
Introdução.....	4
Metodologia.....	4
Parte I.....	6
Valores e significados da propriedade de armas de fogo nos EUA, Canadá, Grã-Bretanha e Austrália	6
Os EUA e a cultura das armas.....	11
Canadá e a tradição das armas longas	12
Reino Unido: caça versus controle de armas	16
Austrália: O embate entre os caçadores e o controle de armas.	20
Revistas especializadas em armas: os valores e significados veiculados.....	22
Considerações finais da Parte I	27
Parte II. Análise das informações fornecidas pelos proprietários de armas	28
1 – Informações Pessoais	28
2 – Sua opinião sobre o controle de armas no País	40
3 - Sobre o lugar onde o proprietário vive	45
4 – Sobre a(s) sua(s) arma(s).....	47
5 – Sobre o uso de sua(s) arma(s)	56
6 – Sua opinião sobre assuntos ligados à violência.....	64
Conclusões.....	73
Características pessoais dos respondentes	73
Esboço de análise integrada	74
Considerações finais.....	75
Bibliografia.....	76
ANEXO I.....	81

Introdução

O presente Relatório Final apresenta uma análise preliminar dos dados obtidos por meio de questionários enviados a seis mil possuidores de armas de fogo com registro no Sistema Nacional de Armas – SINARM. Essa amostra foi formada por sete estados brasileiros, cinco deles escolhidos por sua representatividade em relação às regiões em que estão inseridos e mais dois – São Paulo e Rio de Janeiro – por possuírem as maiores regiões metropolitanas do País.

O projeto tinha como hipótese a existência de correlação entre a posse de armas de fogo e a percepção da violência pelos proprietários, o que acarretaria o aumento de homicídios pelo uso das mesmas armas. Os resultados preliminares obtidos parecem confirmar a hipótese formulada, porém há necessidade de aprofundamento da análise para se qualificar melhor as possíveis inferências.

Este texto tem as características de um Relatório Final de Pesquisa, ou seja, concentra-se nos resultados da primeira tabulação empreendida, o que se constitui na sua Parte II. Na Parte I, faz uma comparação entre valores e significados atribuídos às armas de fogo em alguns países selecionados e que servem de referência para construir o Projeto, além de permitir uma leitura mais compreensiva dos seus resultados.

Apresenta no Anexo, uma análise igualmente preliminar das respostas de opinião que o questionário estimulou. Ela indica a “construção” de discursos favoráveis e desfavoráveis ao controle de armas, que possivelmente foram influenciados pelos debates que antecederam o Referendo a respeito da proibição da comercialização de armas e munições.

Metodologia

Para capturar os “valores e significados atribuídos às armas de fogo por proprietários”, foi elaborado um questionário composto por 37 perguntas, em sua maioria de múltipla escolha, com alguns campos para a justificativa da questão. A estruturação dos questionários foi desenvolvida em conjunto por todos os membros da equipe, que discutiram a redação das questões, seu ordenamento e separação em bloco.

Selecionaram-se 6.000 nomes de proprietários civis a partir da base de dados do Sinarm (Sistema Nacional de Armas), mantido pela Polícia Federal. Como a base de dados do Sinarm era composta pela junção de diversos cadastros estaduais (antes da lei 9.437/1997, que criou o Sinarm, os cadastros eram mantidos pelas Polícias Civis de cada estado), alguns com registros ainda em papel e sem qualquer tipo de atualização cadastral (raros estados realizaram recadastramentos), optou-se pelos registros mais recentes, aqueles que entraram no sistema pós 1997 (quando a Polícia Federal passou a conceder o registro), de forma a garantir minimamente que o endereço do proprietário se mantinha o mesmo. Esta base de dados inicial continha um pouco mais de 200.000 registros, dos quais foram selecionados aleatoriamente

6.000 registros, por meio de técnicas de seleção aleatória (usando o software Excel). Respeitou-se apenas um número igual de registros para cada estado, com exceção apenas do estado de São Paulo, onde foi feita uma seleção com o dobro de registros, dividindo-se em 50% de proprietários com endereço declarado na capital e 50% do interior.

A escolha dos estados para os quais foram enviados os questionários obedeceu ao seguinte critério: um de cada divisão regional e os dois estados que contêm as duas maiores regiões metropolitanas. Assim, escolhemos Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

O questionário foi então enviado a elas no dia 5 de setembro, no formato Carta-Resposta, que permite que o respondente remeta de volta o questionário sem custo para ele. Obtivemos um total de 655 questionários respondidos, o que representou uma taxa bruta de 10,9% de resposta. Contudo, considerando que 1.067 questionários não alcançaram seus destinatários devido a erros cadastrais de endereço no bando de dados do Sinarm, consideramos um envio real de 4.933 questionários e portanto uma taxa de retorno de 13,2%, muito acima da média para este tipo de pesquisa.

Como a resposta não foi aleatória – a pesquisa coincidiu com o período de campanha pelo referendo que decidiria sobre a proibição do comércio de armas e munição no Brasil, realizado no dia 23 de outubro, e os respondentes, em relação ao universo dos proprietários, podem ser justamente aqueles com opinião mais contundente sobre os temas em questão e que quiseram verbalizar essa opinião – não é possível garantir uma condição de aleatoriedade que nos permita generalizar os resultados obtidos por esta pesquisa a todo o universo (proprietários legais de arma de fogo dos 7 estados selecionados).

Ainda assim, acredita-se que muitas das características analisadas por este survey não deve diferir significativamente entre os respondentes e o universo dos proprietários, de maneira que boa parte das conclusões presentes nesta pesquisa pode, de fato, dizer respeito à população dos proprietários legais de armas de fogo.

Parte I

Valores e significados da propriedade de armas de fogo nos EUA, Canadá, Grã-Bretanha e Austrália

A discussão sobre o valor e o significado das armas é antiga. Textualmente, vem desde a Grécia antiga, onde Aristóteles e Platão já divergiam na questão, passando por Cícero, no Império Romano, e por Maquiavel, na Renascença. No século passado, o debate reapareceu internacionalmente a partir década de 1960, devido ao assassinato de personalidades públicas nos EUA, e ampliou-se para outros países, Grã-Bretanha, Canadá e Austrália, na década dos 90, devido ao aumento da violência urbana e a um surto massacres de civis por civis, relacionados a armas de fogo (BUENO, 2004).

Para entender os valores e significados da propriedade e do porte de armas é necessário confrontá-los com os contra-valores, ou seja, apresentar os elementos do debate. Apesar de se reconhecer o amplo posicionamento intermediário, pode-se, para efeito didático, situá-los em dois lados opostos, os *pró-armas* e os *pró-controle*.

De modo geral, nos países considerados a favor da propriedade legal e livre das armas de fogo, estão associações e clubes de caça e tiro ao alvo, associações de colecionadores, entidades de defesa dos direitos individuais de cunho liberal-conservador e mesmo, como nos EUA, organizações paramilitares também chamadas de milícias.

Entre os que lutam por maior controle das armas estão organizações não-governamentais de perfil progressista, organizações fundadas por vítimas e/ou parentes e amigos de vítimas da violência por armas e organizações de saúde pública. Dentro do governo, nos seus vários níveis, encontram-se órgãos e corporações que também demonstram suas preferências por um ou outro lado, embora haja profundas diferenças internas entre as pessoas que as compõem.

Os motivos para se estar de um lado ou do outro são variados. Há os que são contra as armas devido a mortes a ferimento de familiares e amigos em situações de mau uso de armas e que se tornaram tragédias nacionais; é o caso da Grã-Bretanha, Canadá e Austrália. No mesmo

lado, estão os que atribuem os milhares de casos anuais de mortes, acidentes e suicídios a um farto e acessível estoque de armas (legais e ilegais), somado à falta de controle efetivo do Estado, o que permite que armas acabem em mãos criminosas ou desequilibradas, mesmo quando adquiridas legalmente.

Já o lado pró-armas argumenta que a arma é o último recurso do “cidadão de bem” para se defender na ausência do Estado, principalmente quando se tem a percepção de que o Estado em quase nada os protege: é o caso do Brasil. Argumentam também contra o que julgam um excessivo e desnecessário nível de controle estabelecido pelo Estado, o que em muitas situações, pode impedi-los de terem uma arma à mão para deterem uma ação violenta. Este é o argumento freqüente dos proprietários na defesa de menor dificuldade e controle, por parte do Estado, para se obter a propriedade e o porte de armas.¹ No caso dos EUA, é um aspecto que divide o país, pois apesar de todos os estados americanos permitirem a livre venda de armas para cidadãos que não tenham problema com a justiça, um grande número de Estados proíbe ou dificulta extremamente o porte de armas; mais da metade dos estados, contudo, chegam mesmo a incentivá-lo.

Os *Pró-controle* criticam a excessiva ênfase dos *pró-armas* na ação individual e na preservação de um direito que, em realidade, é exercido por uma minoria, pondo em risco um bem coletivo maior que é segurança pública. Já os *pró-armas* argumentam o contrário, isto é, que contribuem para a segurança pública ao poderem agir, na esfera particular, também como defensores da lei e da ordem e vêm suas ações, ou a possibilidade delas, como um bem coletivo fundamental. Também criticam os *pró-controle* por buscarem soluções simples e erradas (proibições e/ou excessivos controles) para resolver problema complexo e multidimensional como o da violência.

É comum, em ambos os lados, o uso de pesquisas e estatísticas para a produção de estudos que fortaleçam os respectivos valores e contra-valores, como também são freqüente as acusações mútuas de deturpação dos métodos científicos para atender às concepções de cada lado. No caso dos EUA, é principalmente entre os acadêmicos que a discussão se torna mais polarizada. Os valores e significados permeiam os elementos do debate, apresentados a seguir:

Armas e sua relação com a violência

Os *pró-controle* argumentam que as armas são elemento de predisposição à violência naqueles que as possuem e, o que é mais terrível, as armas fazem também o papel de multiplicadoras dos efeitos da violência, marcadamente aumentando a sua fatalidade. Sob esse ponto de vista, o problema fica centrado nas armas que se tornam uma variável independente

¹ Dois livros, *Guns and violence: corrent controversies e Gun control: opposing viewpoints*, oferecem uma coleção de exemplos dos EUA relacionados a essa oposição de visões. Em um caso, em um dia chuvoso e de trânsito parado em Seattle, um homem, irritado com a lentidão, atirou na traseira do carro à frente e deixou paraplégica uma criança que estava dormindo no banco de trás. Noutro caso, uma mulher que havia deixado sua arma pessoal dentro do carro devido à proibição legal de portá-la no interior de lanchonetes, assistiu à morte da mãe e do pai, causada por um dementado que matou mais vinte pessoas. Ela tinha prática de tiro e poderia ter detido o criminoso em uma clara e próxima linha de tiro. Tais casos são freqüentemente usados pelos dois lados da questão para ilustrar suas crenças e pontos de vista.

para a explicação da violência, tendo, portanto, de ser banidas ou, no mínimo, rigidamente controladas. Nesse caso, a premissa é: *mais armas, mais crimes*.

Os *pró-armas* baseiam seus argumentos no problema do crime em si e nos fatores que o motivam. Não vêem nas armas um objeto que provoque mais violência, uma vez que ela já está presente no criminoso ou no comportamento humano. Argumentam que se o indivíduo que é violento não puder usar uma arma de fogo, usará outros objetos quaisquer como facas ou porretes para cometer o mesmo crime ou expressar sua violência, provocando um *efeito substituição* de um tipo de arma por outra. Não reconhecem, portanto, uma relação direta, ou mesmo indireta, entre armas e violência. Alguns chegam a defender a relação inversa em que a premissa torna-se *mais armas, menos crimes*.

Armas como causa de acidentes e suicídios

Os *pró-controle* argumentam que a maior parte dos acidentes provém da falta de segurança com que as armas são guardadas e por serem mantidas carregadas em locais de fácil acesso até mesmo a crianças. Os *pró-armas* concordam, mas contra-argumentam que se trata de fatalidade ou irresponsabilidade de alguns poucos proprietários. Contudo, ressaltam que uma arma descarregada não serve ao seu principal propósito: estar pronta para atirar (KLECK, 1997, p. 135)

A questão dos suicídios é mais complexa. Em geral, os *pró-controle* afirmam que a alta proporção dos suicídios com armas é cometida no calor de um conflito ou desespero aliado à proximidade de uma arma e, se não fosse assim, passado o momento crucial de desequilíbrio, alta é a probabilidade de a pessoa não vir a tentar novamente o suicídio. Argumentam que muitos que o tentaram por outros meios puderam ser ajudados a tempo, enquanto a maioria dos que usaram armas não teve a mesma chance (UTTER, 2000, p. 4).

Os *pró-armas* defendem que a proporção dos que tentam o suicídio por serem levados por um impulso momentâneo é pequena e que, no geral dos casos, a ausência de uma arma também provocaria um *efeito substituição* por qualquer outro meio, ou seja, argumentam que quem deseja de fato se matar, acaba fazendo-o de qualquer forma e em qualquer tempo (KOPEL, 1992b, p. 157).

O argumento da autodefesa

Apesar de muitos *pró-armas* verem outras utilidades nas armas (artística, estética, esportiva e histórica), concordam num ponto central: o primeiro propósito de uma arma é o de prover meio eficaz e eficiente de ferimento e/ou destruição. Os *pró-armas* tentam amenizar tal característica justificando que outros objetos também podem ser usados com o mesmo propósito, tais como facas, tacos de beisebol, ferramentas pontiagudas ou pesadas, etc. Os *pró-controle* rebatem argumentando que esses objetos atendem a propósitos indispensáveis à sociedade e que o mesmo não pode ser dito sobre as armas.

Os *pró-armas* as vêem como o principal instrumento de defesa pessoal, da família e da propriedade, argumentam que o direito de possuí-las para tal finalidade está assegurado num direito natural, anterior a qualquer legislação e posteriormente codificado, fazendo parte da

legislação de muitos países (KLECK, 1997a p. 68). O contra-argumento dos *pró-controle* é que as armas, especialmente pistolas, são para a sociedade mais dolosas que úteis, pois o custo de tê-las, devido à proporção de mau uso, é superior ao benefício dos casos de autodefesa (HOLEFF, 1997, p. 100-103; KIM, 1999, p. 142-149).

Os *pró-armas* também argumentam que o simples fato de mostrar uma arma pode deter um ataque, o que seria útil principalmente para as mulheres. O lado contrário afirma que a presença de uma arma aumenta os riscos, pois se uma pessoa armada pode afugentar um atacante que não tenha arma, pode também enfurecer e incentivar o atacante portador de arma a fazer uso dela. Os *pró-controle* não negam o direito à autodefesa, mas ponderam sobre o fator surpresa, em geral favorável aos criminosos; também pontuam que é justamente a existência de muitas armas que alimenta a corrida por outras, criando um círculo vicioso que, pela lógica intrínseca do argumento, estimularia todos a terem arma, situação que mesmo os mais radicais defensores de armas não defendem (HOLEFT, 1997, p. 104-107; KIM, 1999, p. 150-162).

O benefício de uma sociedade relativamente armada

Os *pró-armas* afirmam haver um benefício, *efeito rede*, que as pessoas que não possuem armas usufruem pelo fato de outras as possuírem, fazendo com que os criminosos evitem cometer crimes ao perceberem ser alta a probabilidade da potencial vítima ter uma arma, ainda que ela não a tenha. Os *pró-armas* dão como exemplo os roubos em residências em que os proprietários estejam presentes: a taxa para esses crimes nos EUA é mais baixa do que na Grã-Bretanha onde o controle é rigoroso e o número de armas é cinquenta vezes menor que nos EUA. O argumento é de que os ladrões americanos evitam roubar casas ocupadas, pois sabem que, na maioria das residências, há alguém que possui arma, enquanto na Grã-Bretanha esse crime é mais comum dada a baixa probabilidade de alguém estar armado em casa.

Os *pró-controle* admitem a existência do *efeito rede*. Entretanto, argumentam não ser suficiente para deter, de forma significativa, a ação dos criminosos, pois mesmo nos casos de roubos a residências ocupadas, verifica-se que eles ocorrem em altas taxas também em sociedade tão bem armada quanto à dos EUA.

O efeito rede, por sua vez, provoca outro, contrário e perverso, o *efeito radicalização*. Argumenta-se que os criminosos, quando decididos a cometer um crime e caso suspeitem de que suas potenciais vítimas tenham arma, normalmente optam pela radicalização da violência para imobilizar as vítimas por ferimento ou morte, antes que estas tenham qualquer chance de reação. Assim, a percepção pelos criminosos do aumento da população armada levaria ao aumento da radicalização da violência.

O controle de armas

Os *pró-armas* têm por crença fundamental que novas medidas de controle significam, na realidade, o “passo a passo” para um intencional completo banimento das armas. Daí a extrema relutância em aceitar qualquer nova forma de controle, por mais razoável e necessária que se mostre; chegam mesmo a vislumbrar um motivo secreto e tirânico do Estado em tal

atitude. O debate é encarado como uma guerra em que pequenas batalhas são travadas e ninguém quer ceder espaço. No caso brasileiro, a aprovação do Estatuto do Desarmamento foi uma vitória dos *pró-controle*, mas o referendo foi a vitória dos *pró-armas*, o que pode levá-los a uma tentativa de diminuir o nível de controle de armas, amparados em uma suposta legitimidade popular, dado o expressivo resultado do referendo.

Os *pró-controle* vêm na relutância dos *pró-armas* uma tentativa de manter a qualquer preço, mesmo a custo de vidas humanas, supostos direitos e certas tradições que acabam por comprometer a segurança de toda a sociedade. Parte dos *pró-controle* não defende a necessidade extrema do completo banimento das armas, mesmo porque reconhecem uma série de limitações práticas para tanto; contudo, pequena parte entende ser o completo banimento algo justificável em si, sendo em certos casos a única solução.

Pró-controle e *pró-armas* têm forte e oposta ideologia; um grupo defende que a segurança comum depende do desarmamento individual e o outro sustenta que a liberdade para o armamento individual provê a melhor forma de segurança coletiva.

O risco das armas pequenas: revólveres e pistolas

O ponto central do risco está centrado nas armas pequenas que são desenhadas para ser portáteis, seguradas e disparadas com uma só mão. Tais características lhes dão qualidades únicas de uso: são leves, fácil de serem portadas e camufladas junto ao corpo ou mesmo em bolsos; são fáceis de serem apontadas e movimentadas quando há mudança de alvo; disparam com extrema rapidez, principalmente as automáticas e as semi-automáticas e são rapidamente recarregáveis. Por fim, são as mais apropriadas armas para uso em alvos próximos e móveis, razões óbvias que as tornam tão empregadas por criminosos e ao mesmo tempo tão procuradas para autodefesa.

Os *pró-controle* vêm como fundamental em qualquer política de controle, a diferenciação dos riscos inerentes a esse tipo de arma, pois tais características de portabilidade e possibilidade de camuflagem, aliadas à de repetição de tiro e de rápida recarga, as tornam extremamente perigosas, o que aumenta as chances de homicídios e de ferimentos fatais. O banimento de armas pequenas existentes em certas legislações como a britânica, holandesa, japonesa e outras, baseiam-se nesse ponto.

Para os *pró-armas*, pistolas e revólveres oferecem o mesmo risco dos demais modelos e trazem o benefício de serem um eficiente instrumento de defesa, além dos benefícios ligados à satisfação de colecioná-las ou ao prazer do esporte de competição. Os *pró-controle* identificam nas modalidades de competição com o uso desse tipo de armas um incentivo à violência, pois, quando estruturadas para o desenvolvimento de táticas e destreza para o claro objetivo de aniquilamento de vidas humanas comprometem a justificativa de um fim legítimo para o uso esportivo.

Um modelo particular de revólver é o conhecido, nos EUA, por *Saturday Night Special*; são armas que cabem na palma da mão, em geral baratas e de baixa qualidade, destinadas a porte camuflado. Nos EUA, muitos estados aprovaram leis de *Concealed-Carry Weapons (CCW)* permitindo o uso dessas armas mediante a justificativa de que elas têm

importante papel na detenção de crimes e de garantia de eficácia na autodefesa (HOLEFF, 1997, p. 124-135).

Os EUA e a cultura das armas

A expressão “cultura das armas” sintetiza a paixão por armas de fogo por grande parte dos americanos e os diversos matizes dessa relação. A expressão está associada à história norte-americana dos primeiros colonos e caçadores, do papel das milícias na participação da independência, da conquista do oeste e o do trauma da Guerra Civil, bem como pelo desenvolvimento do esporte da caça e das competições de tiro (HOFSTADTER, 1970).

As milícias influenciaram o desenvolvimento da “cultura das armas” devido ao papel que desempenharam na guerra de independência. Quando da aprovação das primeiras emendas a Constituição, a maior parte dos constituintes temia a criação de um exército nacional, o que fortaleceriam excessivamente o governo central, aumentando o risco de uma tirania interna. Por isso, destinaram às milícias a responsabilidade de defesa dos estados e da nação. As milícias foram depois substituídas pela Guarda Nacional, ficando apenas a tradição e sua ideologia política como fonte de manutenção de algumas unidades estaduais como a *Michigan Militia* e a *Militia of Montana* (DIZARD, 1999, p. 20).²

A famosa 2ª Emenda Constitucional deriva deste contexto. Segundo os *pró-armas*, ela assegura o direito de todo cidadão ter livre acesso a aquisição de armas. Contudo há uma interpretação oposta afirmando que este direito foi assegurando apenas aos componentes das forças de segurança, naquele tempo as milícias. A questão foi algumas vezes parar na Corte Supre e esta invariavelmente negou o direito individual. (KOPEL, 1992a, p. 15; KLIER, 1999, p. 5; UTTER, 2000, p. 269).

Contrariamente ao senso comum, induzido pelos filmes hollywoodianos sobre a conquista do oeste, a beligerância e o gosto por armas era maior nas cidades do leste do país, do que nas do oeste, (SPITZEL, 1995, p. 11). Bellesiles (1996) demonstrou que a posse de armas por americanos até 1820 era mínima e que antes de 1850 menos de 10% as possuíam. Dizard (1999, p. 6), sustenta que o número começou a crescer somente após a segunda metade do século XIX com a agressiva e ideológica política armamentista do governo americano.

A Guerra Civil no período de 1861 e 1865 acelerou a mudança cultural em relação às armas devido o aumento da produção e pelo *marketing* dos fabricantes. Segundo Bellesiles, grande parte dos americanos, naquele tempo, teria incorporado a crença de que a habilidade de

² Os integrantes desse tipo de milícias se auto-intitulam “defensores dos direitos e liberdades individuais”, mas, apresentam características de grupos radicais racistas e aficionados por armas, empenhados em combater a existência de uma “conspiração universal” envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o *Federal Bureau of Investigation (FBI)*, a *Central Intelligence Agency (CIA)*, o *Bureau of Alcohol Tobacco and Firearms (BATF)*, até mesmo a Casa Branca e outras agências internacionais de controle de armas, interessadas em desarmar as populações civis dos países e instituir uma tirania mundial.

usar arma os tornaria homens melhores e patriotas mais capazes de defender os valores morais nacionais.

Ainda com a ajuda governamental, em 1871 é criada a *National Rifle Association (NRA)*, que, inicialmente, foi idealizada para “promover e encorajar a prática de tiro de rifles em uma base científica” (KRUCHCKE, 1995, p. 82), mas com o aparecimento das primeiras leis de controle de armas, em 1934, passou a atuar politicamente e hoje se constitui num dos principais *lobbies* do Congresso americano. Embora não seja a mais radical entre diversas organizações e associações de proprietários, há também a *Gun Owners of America*, a *National Association of Gun Owners* e a *Second Amendment Foundation*, é sem dúvida a mais importante defensora dos direitos da propriedade de armas nos EUA. Suas principais atividades se concentram em combater as investidas da agência federal de controle de armas o *Bureau of Alcohol Tobacco and Firearms (BATF)* e em ampliar seu número de associados, principalmente de mulheres e de jovens (NRA, 2005).

A despeito das tragédias anuais ao estilo *Columbine High School*, dos esforços de algumas *think tanks* pró-controle como a *Handgun Control, Inc.* e a *Coalition to Stop Gun Violence* e mesmo com a ação na justiça de muitas grandes cidades contra os fabricantes de armas, os direitos à posse e uso de armas de fogo nos EUA se mantêm fortalecidos, principalmente pelo apoio do partido republicano, tradicionalmente um forte defensor dos proprietários, marcadamente na atual gestão Bush, como demonstrou, em 2004, o caso da não renovação da lei que proibia a importação de armas automáticas e de características militares para posse e uso civil desde 1994.

A abundância de armas não explica por si só o desenvolvimento dessa cultura, fosse assim, os ingleses a teriam desenvolvido antes. Tampouco somente o argumento da necessidade de armas para a expansão das fronteiras de colonização, pois, como ressalta Hofstadte (1970, p. 82), Canadá e Austrália tiveram processo de expansão semelhante e não desenvolveram semelhante cultura, também o caso do Brasil pode ser usado neste argumento. No caso americano, foi preciso adicionar aos fatos históricos, o suporte do governo central a eficaz publicidade dos fabricantes para enfatizar os pontos básicos dos valores e significados dos proprietários americanos: armas mantêm a *nação livre* da tirania interna ou externa e preservam a segurança *pessoal* da *família* e da *propriedade*.

Canadá e a tradição das armas longas

Kopel, (1992b, p. 136), considerando a profunda influência mútua entre EUA e Canadá, afirma que, na questão dos valores e significados das armas e em suas formas de controle, o Canadá teve preponderante influência britânica, a quem ficaram politicamente ligados até a década de 1980. Ou seja, ao invés de cultura individualista e de paixão pela ação por força das armas, o povo canadense desenvolveu forte sentimento de coletividade com marcante confiança e obediência ao governo central, embora haja traços mais recentes de radicalismos ao estilo dos EUA.

O controle de armas canadense é centralizado no *Canadian Firearms Center (CFC)*, agência do Ministério da Justiça, responsável pela aplicação das leis, combate ao tráfico de armas e administração dos sistemas de registro e licenciamento de armas. Outras organizações

envolvidas diretamente no controle são a *Royal Canadian Mounted Police (RCMP)*, as forças policiais de dez estados e dois territórios, incluindo suas forças policiais locais (CFC, 2005).

Entre as organizações pró-armas, a que mais se destaca é a *Coalition of Responsible Firearm Owners and Sportsmen (CRFOS)* por representar uma série de organizações, dentre as quais a *National Firearms Association (NFA)*, que é composta por mais de 120 mil membros e cuja atuação é muito semelhante à da *NRA* americana em questões políticas e legais para a defesa do direito a posse e uso de armas no Canadá (NFA, 2001). As demais organizações pró-armas são: *Responsible Firearm Owners (RFO)* dos estados de Alberta, British Columbia e Ontario, *Alberta Fish and Game Association (AFGA)*, *Alberta Arms and Cartridges Collectors (AACC)*, *Sporting Clubs of Niagara (SCN)* e a *Law-Abiding Unregistered Firearm Owners (LUFA)*.

Já pelo lado pró controle, destaca-se a *Coalition for Gun Control (CGC)*, formada em 1989 após massacre de Montreal.³ Esta organização congrega mais de cem organizações e teve suas principais recomendações aprovadas no Ato de 1995 e, desde então, vem se dedicando a pesquisas e à educação do público, assumindo medidas de combate ao contrabando, acompanhando a efetiva implantação da atual legislação e atuando em favor da defesa aos ataques do chamado “lobby das armas” canadense e americano (CGC, 2005a).

Dentre as principais entidades que apoiam a *CGC* estão: *December 6th Foundation*, *Canadian Association of Chiefs of Police (CACP)*, *Cities of Montreal, Toronto and Winnipeg*, *Canadian Pediatric Society(CPS)*, *Canadian Association for Adolescent Health(CAAH)*, *CAVEAT*, *Quebec Public Health Association (QPHA)* e a *Alberta Council of Women’s Shelters (ACWS)*.

Contrastes entre canadenses e americanos na história e cultura das armas

Pelas mesmas necessidades de sobrevivência, e, posteriormente, pelo desenvolvimento do esporte recreativo e de competição, as armas tiveram progressivo peso na cultura canadense, apresentando números *per capita* de proprietários e de armas longas destinadas à caça - estas só recentemente controladas - muito próximos aos números americanos. Apesar de ser uma tradição mais recente, o Canadá e os EUA têm maior quantidade *per capita* de caçadores e esportistas do tiro do que a Grã-Bretanha onde tais práticas são tradição ligada à aristocracia e não tão popular quanto nos dois outros países.

Embora a posse e uso de armas sejam comuns tanto no Canadá quanto nos EUA, as populações desses países apresentam diferentes atitudes em relação ao controle. De acordo com pesquisa de opinião pública feita em 1990, de forma geral, os canadenses aceitam medidas mais restritivas do que seus vizinhos americanos, principalmente para as pistolas, para as quais 66% dos canadenses são a favor de um estrito controle, ao passo que nos EUA

³ Marc Lépine comprou legalmente um rifle semi-automático com o qual atirou em 28 mulheres do dormitório feminino da Escola Politécnica de Montreal, matando 14 delas.

apenas 36% o aprovam.⁴ As razões para tal diferença são, sem dúvida, históricas e culturais (CGC, 2005b)

A colonização canadense foi bem menos violenta que a americana não sendo registrado nenhuma guerra entre colonos e índios, ao passo que os americanos tiveram 69. Os americanos conquistaram e fixaram suas terras décadas antes que o governo central pudesse minimamente proteger suas vidas e propriedades. Para tanto tiveram de criar e executar fortes padrões de governo e de autodefesa, ajustados a necessidades específicas de cada local. Inversamente, o governo central canadense se fazia presente nas fronteiras, ainda antes dos colonos, por intermédio da *Royal Canadian Mounted Police (RCMP)* que atuava como polícia de fronteira, impondo a lei e a ordem e desencorajando o uso de pistolas, impedindo o desenvolvimento do padrão americano de conquistas de fronteiras. Propostas de criação de uma polícia americana nos mesmos moldes da *RCMP* eram recebidas com desconfiança pelas comunidades americanas e não foram à frente.

O recente controle de armas no Canadá e a oposição dos proprietários

A evolução do sistema de controle foi inspirada no sistema britânico; os canadenses, porém, desde o início da colonização do oeste, manifestaram clara preocupação com as pistolas, devido à letalidade de seu uso. Propositadamente procuraram evitar o exemplo de seus vizinhos americanos. Assim, como não tiveram grandes problemas com armas ao longo do processo de colonização, um significativo avanço na legislação aconteceu apenas em 1977 com a aprovação do *Bill C 17* e a implantação do *Firearms Acquisition Certificate (FAC)*.⁵

Contudo, incidentes com armas legais e de forte repercussão nacional durante a década de 1980 e 1990 foram se somando e determinando significativos movimentos sociais pró-controle, contando inclusive com apoio de corporações policiais como a *Canadian Police Association (CPA)* e a *Canadian Association of Chiefs of Police (CACP)* que defenderam o registro de todos os tipos de armas.

As discussões sobre novos projetos de lei para o controle de armas durante o início da década de 1990 foram muito polarizadas, os pró-controle fizeram campanhas para o envio de milhares de cartas a deputados e senadores pedindo o fortalecimento do controle e os pró armas tentaram reproduzir o modelo americano de forte controle sobre o parlamento. Por outro, as tentativas de domínio do novo comitê por parte do lobby das armas. No início de 1997, realizaram-se audiências com diversos grupos e organizações pró-controle e pró-armas que resultaram em 39 recomendações, das quais 38 foram aceitas no novo projeto de lei.⁶

⁴ Vale ressaltar que as pesquisas de opinião apresentam diferentes taxas de acordo com as ondas de violência e de tragédias com armas, tanto que pesquisas mais recentes nos EUA mostram maior aceitação a novos controles.

⁵ Houve forte oposição à legislação de 1977, o lobby das armas canadense liderados pela *FNA* e apoiados pela *NRA* americana boicotou muitos políticos que votaram a favor do *Bill C17* e nas eleições de 1979 um terço deste não se reelegeram. (KOPEL, 1992b, p. 142).

⁶ A regulação foi desenvolvida com base em consultas a especialistas em legislação, em história das armas, colecionadores e especialistas de museus, grupos de proprietários, fabricantes e comerciantes de armas, grupos

Em março de 1998 foi aprovado o *Firearms Act and Regulations*, amplamente discutido no parlamento entre 1995 e 1998, passando a vigorar de forma progressiva a partir de 1º de dezembro do mesmo ano, ao final de quatro anos todas as fases seriam completadas. A legislação contemplou exceções e privilégios em relação ao controle sobre povos aborígenes pela dependência que eles têm das armas para a caça e proteção contra a vida selvagem nos recantos mais distantes e despovoados no Canadá. Um novo sistema computadorizado passou a integrar a licença e o registro de armas em um único banco de dados, on-line, baseado e administrado pelo *Canadian Police Information Centre (CPIC)*.⁷

O *Firearms Act and Regulations* tornou obrigatório o registro de armas, *Canadian Firearms Registry (CFR)*, que teve de ser feito, até 31 de dezembro de 2002, por uma única vez e válido por todo o tempo que o proprietário possuir a arma. Tal exigência passou a abranger todos os tipos de rifles e cartucheiras e não mais apenas aquelas pertencente á categorias de armas *restritas e proibidas*.

Apesar da ampla discussão e participação da sociedade canadense na composição do atual sistema de controle de armas, os proprietários e associações mais radicais fazem forte oposição a ele pelo que julgam ser: excesso de burocracia governamental, imposição de altas taxas para o registro de armas, descrença de que o controle de armas possa ser eficaz para impedir o acesso a armas por criminosos e, sobretudo, pelo desperdício de alto montante de dinheiro público gasto na implementação do novo sistema, totalmente computadorizado, possibilitando inclusive o registro de arma pela internet (CANADAONLINE, 2005).⁸

Os governos provinciais e territoriais mais conservadores se opuseram a nova legislação e a província de *Alberta* apelou para a Corte Provincial justificando conflito de esfera legislativa em que o Parlamento Nacional não poderia, na questão do controle de armas, sancionar leis que invadissem áreas de direitos individuais sobre propriedade. A decisão da Corte Provincial foi favorável ao governo central, mas *Alberta*, com o apoio das demais províncias (*Saskatchewan, Manitoba, Ontário, New Brunswick, Nova Scotia e Northwest Territories*) apelou para a Suprema Corte. Durante o julgamento da questão os dois lados mais ativos na disputa apresentaram estudos e evidências a favor e contra o licenciamento e registro de armas. Em junho de 2000 a Corte Suprema decidiu por nove a zero a favor da constitucionalidade do Ato de 1995/98 (CGC, 2005c).

de vítimas de violência, forças policiais, chefes de polícia locais e encarregados do controle, organizações de mulheres e profissionais de saúde pública (CFC, 2005).

⁷ Anteriormente os bancos de dados do *CPIC* eram regionais, fragmentados e incluíam apenas uma fração das informações relevantes para a emissão de licenças e permissões.

⁸ O governo havia previsto inicialmente um custo de 85 milhões de dólares canadenses para a total implantação do sistema em cinco anos. Passados 15 meses do início o orçamento foi revisto e sofreu majoração para 125 milhões de dólares canadenses. Porém os críticos disseram que a última previsão era ainda muito baixa. O governo justificou que a maior parte dos custos estava relacionada ao desenvolvimento do banco de dados para o sistema de registro. Contudo, as últimas estimativas indicam que o custo de todo o sistema de controle já ultrapassou a 1 bilhão de dólares.

Pode se argumentar que, nos EUA, a preponderante quantidade de pistolas e revólveres demonstra um comprometimento dos proprietários de armas com os valores da defesa pessoal e da propriedade, apesar das atividades de caça serem também muito incentivadas. Já no Canadá, provavelmente por apresentar índices de violência extremamente baixos, quando comparados aos dos EUA, a ligação dos proprietários se estabelece de forma acentuada com as tradições da caça e de outros esportes que utilizam armas longas.

Reino Unido: caça versus controle de armas

O principal valor relacionado às armas de fogo no Reino Unido está ligado à milenar tradição da caça, que conta com mais de um milhão de adeptos (Bueno, 2004), e também à prática do tiro esportivo. A questão da segurança e da violência provocada por armas de fogo, embora apresente números muito inferiores ao Brasil, é também uma questão que provoca intenso debate entre os pró-armas e os pró-controle.

Em anos recentes um novo valor se somou às duas práticas citadas anteriormente e que se disseminou principalmente entre os jovens britânicos: a de que as armas são aceitáveis e que conferem status diferenciado aos proprietários (Home Office, 2004b).

Os crimes com armas de fogo não estão entre as principais causas da violência no arquipélago, representando 0,4% de todas as ocorrências registradas no período 2002/2003 (Povey, 2004). Se considerarmos apenas os homicídios, as provocadas por armas de fogo representam 15%, percentual que caiu em 15% no ano de 2004 (Home Office, 2004a).

O controle das armas e também de todos os aspectos relacionados à segurança e justiça no Reino Unido estão sob a responsabilidade do *Home Office*. O que se observa no Reino Unido é que a legislação sobre posse e comercialização de armas, de responsabilidade do *Home Office*, tem se tornado cada vez mais rigorosa⁹. Além disso, o órgão de segurança britânico também lançou duas campanhas de desarmamento em sua história recente: a primeira em 1996 e a segunda em 2003.

Nas últimas décadas, o endurecimento das leis britânicas sobre controle de armas foi decorrência de tragédias envolvendo civis. Em 1987, um civil que possuía armas legais matou 17 pessoas na cidade de Hungerfold, suicidando-se logo depois. No mesmo ano, outra tragédia abalou a cidade de Bristol. Anos mais tarde, em 1996, novamente um civil portando armas legais promoveu um massacre em Dunblane, Escócia, matando 16 crianças numa escola.

Os massacres da década de 1980 levaram o governo a confiscar todas as submetralhadoras, rifles e pistolas automáticas. Também tornou mais rigorosa a aquisição de cartucheiras de múltiplos tiros ou de cano duplo, pistolas e rifles, todas sujeitas à expedição do *Firearm*

⁹ Os detalhes sobre o controle de armas no Reino Unido podem ser conferidos na pesquisa “Estudos comparados que visam descrever e avaliar o funcionamento dos mecanismos institucionais de controle do porte, do registro e das apreensões de armas de fogo”.

Certificate. Para comprar cartuchos para as cartucheiras tornou-se necessário a apresentação de um certificado próprio, o *Shotgun Certificate*; e os solicitantes deste documento deveriam passar a prover um novo tipo de atestado, os *Counter-signatories*.

Um ano após o massacre de 1996 uma nova legislação tornou ainda mais difícil a concessão de certificados e proibiu a propriedade individual de pistolas acima do calibre .22. Meses depois uma nova lei também proibiu as pistolas deste calibre.

Os valores e significados dos pró-armas e dos pró-controle

A defesa dos pró-armas no Reino Unido é conduzida principalmente pela **British Shooting Sports Council (BSSC)**, uma organização que congrega 13 diferentes associações de tiro¹⁰ e que funciona como um elo de comunicação dos afiliados com o *Home Office*. O BSSC acredita que suas opiniões “refletem, direta ou indiretamente, as visões do vasto número de cidadãos honestos e cumpridores da lei no Reino Unido e que tem algum interesse na prática do tiro, no estudo ou na coleção de armas e munições e daqueles que possuem um certificado para arma de fogo ou cartucheira e os comerciantes registrados” (BSSC).

Os pró-controle na Grã-Bretanha também estão reunidos em associações, tal como o **Gun Control Network (GCN)**. A entidade surgiu após o massacre de Dunblane e seus objetivos estão baseados na crença de que a segurança pública demanda a redução na disponibilidade e atratividades de todos os tipos de armas.

Os **objetivos** da BSSC e da GCN estão listados a seguir:

BSSC	GCN
Promover e proteger o uso legal das armas de fogo e de ar comprimido para práticas esportivas e atividades recreativas no Reino Unido	Idade mínima de 18 anos para a propriedade, uso e posse de todos os tipos de armas
Coordenar e apresentar as visões dos membros associados em quaisquer negociações relacionadas à produção e uso legais das armas de fogos, de ar comprimido e munição no Reino Unido	Banimento da venda, produção e importação de armas de imitação e também de sua posse em lugares públicos
Formular e revisar a política nacional sobre o uso legal das armas de fogo e de ar comprimido.	Certificação de todas as armas desativadas
---	Inclusão das armas de ar comprimido no sistema de certificação
---	Um sistema único de certificação para todas as armas legais
---	Banimento dos rifles de múltiplos tiros e

¹⁰ As entidades associadas ao BSSC são: 1. British Association for Shooting & Conservation; 2. Association of Professional Clay Target Shooting Grounds; 3. Countryside Alliance; 4. Clay Pigeon Shooting Association; 5. Gun Trade Association; 6. Muzzle Loaders Association; 7. Sportsman’s Association of Great Britain & Northern Ireland; 8. National Rifle Association; 9. National Smallbore Rifle Association; 10. Shooting Sports Trust; 11. United Kingdom Practical Shooting Association; 12. Institute of Clay Shooting Instructors; 13. Association of Professional Shooting Instructors.

	cartucheiras
---	Banimento de todos os tipos de simulação de combate real
---	Abolição ou reconstituição radical do <i>Firearms Consultative Committee</i> .

O BSSC defende aqueles indivíduos interessados em armas para a prática esportiva ou como atividade de lazer, propondo-se também a auxiliar o governo na revisão da legislação pertinente ao tema. Por outro lado, percebe-se claramente que o GCN defende um endurecimento da legislação, com a proibição de diversos tipos de armas.

A defesa dos valores de cada grupo ocorre basicamente em torno da legislação britânica de controle de armas. Não se questiona o papel do Estado como regulador ou a ineficiência das forças policiais, como foi verificado no caso brasileiro.

Se por um lado os órgãos governamentais estão restringindo cada vez mais as armas legais e ampliando as exigências para emissão de certificado de posse, o BSSC busca, por seu turno, preservar o que considera um **direito** dos cidadãos britânicos. Por outro lado, o GCN considera que a propriedade de uma arma é um **privilegio** e não um direito do indivíduo. Assim, as armas de fogo deveriam ser proibidas a não ser que sejam liberadas por meio de uma licença.

A cada nova restrição imposta pelos órgãos governamentais ou numa consulta pública, o BSSC lança um documento questionando os parâmetros e o seu alcance. A principal argumentação é que as restrições na comercialização de armas ou na sua posse não necessariamente afetam as questões relacionadas aos crimes com armas e às armas ilegais. A medida seria inócua, pois como os cidadãos honestos e cumpridores da lei não praticam crime, não haveria como reduzir os indicadores. O GCN, por seu turno, tem como princípio que um controle rígido das armas está associado com níveis menores de violência por arma.

O BSSC defende que novas restrições existentes para a posse de armas têm pouco ou nenhum impacto sobre o uso de armas em condições ilegais. Acreditam ainda que quando o governo enfrenta problemas no campo criminal, os prejudicados são sempre os proprietários legais, pois as autoridades vêm “*the legitimate shooter as an easy target when things are not going their way on the criminal front*” (BSSC, 2004a).

Neste sentido, o BSSC ainda argumenta que o governo não apresenta nenhuma evidência de que os proprietários legais de armas têm contribuído para o aumento da criminalidade com armas na Grã-Bretanha. Dessa forma, ainda na visão da associação, os esforços oficiais deveriam ser no sentido de deter os crimes com armas, e não restringir ainda mais os direitos da comunidade de tiro.

Quanto à **legislação**, o BSSC propõe a desburocratização de todo o processo de obtenção dos certificados de posse de arma e também a consolidação da legislação. Estas medidas reduziram a carga de trabalho burocrático da polícia e permitiriam que o órgão se concentrasse no aspecto mais importante, que é a análise das informações do solicitante. Neste aspecto parece que há uma **convergência** com as idéias da GCN, que defende: “A review of

firearms legislation is long overdue. Existing law is complicated and difficult to enforce. It is also out of date and does not reflect current dangers and global trends.” (GCN).

De uma forma geral, a BSSC considera que as restrições legais às armas correspondem a uma “**legislação do pânico**” que surge como resposta imediata a um evento único (os massacres citados anteriormente) e cuja aprovação é forçada por procedimentos parlamentares. Reclamam ainda da falta de consulta pública, ausência de pesquisas e do pouco ou nenhum debate no próprio Parlamento britânico (BSSC, 2004a). Esta percepção está de acordo com o que foi apresentado anteriormente, mas é preciso lembrar também que o *Home Office* (2004a) lançou uma consulta pública sobre todos os aspectos que envolvem o controle de armas, numa iniciativa de consolidar a legislação.

Na esteira das janelas de oportunidade, a morte de uma criança atingida por balas disparadas por uma arma de ar comprimido, em março de 2005, também motivou o GCN a lutar pela inclusão deste tipo de arma no sistema de certificação. A organização também propõe que as armas sejam controladas em função de sua letalidade e não como é feito atualmente, que é por tipo de arma, tipo de munição, entre outros aspectos. Seus membros argumentam que com a classificação atual as fabricantes de armas produzem a cada dia diferentes tipos de armas que não estariam sujeitas a nenhuma das restrições em vigor.

O BSSC também aponta para a questão do crescimento de uma cultura de armas, que cresceu principalmente entre os jovens de áreas urbanas, que formam gangues. Reforça, entretanto, que estes jovens adquirem as armas de forma ilegal e que devem ser tratados na forma da lei. Os membros reconhecem, entretanto, que para mudar toda uma cultura requer tempo e que apenas ações repressivas não são suficientes. Assim, na visão deste grupo, faltam ações governamentais que alertem os jovens dos riscos das armas, na linha do que se produz em relação às drogas ou à prática do sexo seguro.

Em relação à posse de armas por jovens o BSSC propõe que os jovens menores de 14 anos poderiam manejar uma arma caso tenham supervisão de uma outra pessoa apta. Aqueles entre 14 e 17 anos estariam aptos a solicitar licença de posse de arma e manusear sob supervisão, mas não estariam autorizados a comprar armas, somente receber como um presente. Aqueles acima de 17 anos estariam aptos a solicitar a licença e a comprar armas.

O GCN, por seu turno, propõe medidas mais rigorosas. A entidade defende que aqueles menores de 16 anos não devem ter acesso a armas letais. Os jovens entre 16 e 18 anos poderiam usar uma arma caso tenha uma supervisão. Aqueles maiores de 18 anos estariam aptos a solicitar licença para possuir uma arma letal.

Comentários

Alguns dos valores e significados percebidos nos proprietários de armas que responderam ao questionário da pesquisa são similares aos encontrados no Reino Unido, embora as nuances precisem ser especificadas.

O principal ponto de convergência diz respeito à posse da arma como um **direito** do indivíduo. A diferença é que no arquipélago britânico este direito está relacionado à prática da caça ou do

tiro esportivo, enquanto que no Brasil a posse da arma está relacionada com a questão da segurança pessoal e ou profissional. Em muitos casos a justificativa também é a falta de confiança na força policial, seja em termos de eficiência, de número de oficiais ou até mesmo de confiança.

Apesar da questão da posse de arma como um **privilegio** e não um direito não ter sido abordada na pesquisa, o percentual de respondentes com alto poder aquisitivo parece apontar que, de certa forma, trata-se de um objeto destinado às camadas mais ricas da população, pelo menos aquelas armas legais. As novas exigências do Estatuto do Desarmamento oneram ainda mais o bolso daqueles interessados em registrar ou renovar a posse/porte de arma.

Quanto à **legislação**, os respondentes do questionário se mostraram favoráveis a um arcabouço legal rigoroso. Já os pró-armas britânicos defendem uma flexibilização em suas leis, pois consideram que a violência com armas de fogo não é decorrente dos proprietários legais (os mais afetados por essas leis), mas fruto de crimes cometidos com armas ilegais.

No único ponto de convergência entre os pró-armas e os pró-controle no Reino Unido, a necessidade de uma consolidação na legislação, o Brasil aparece um ponto à frente, pois o Estatuto do Desarmamento já cumpriu, ao menos, este papel.

Austrália: O embate entre os caçadores e o controle de armas.

Apesar de não terem desenvolvido a mesma paixão pelas armas, como ocorreu com os norte-americanos, há uma tradição na Austrália, devido ao perigo e diversidade da vida selvagem, que reza “deve-se levar consigo uma arma ao sair de casa, se não para a caça, ao menos para não ser caçado”. A caça e controle de animais são os principais argumentos para o uso de armas:

“Shooting nonhuman animals was and is the main social justification for gun ownership in Australia. Today, all groups except gun abolitionists and animal rights activists acknowledge that many rural landholders need long guns to control wild ducks, dingoes, wild dogs, rabbits, and other animals.” (KOPEL, 1992, p.195)

A maior parte dos mecanismos de controle de armas contemporâneos criados na Austrália, bem como as organizações da sociedade civil que lutam pelo maior controle e restrição no seu comércio e porte, surgiu como resposta a eventos trágicos envolvendo armas de fogo, em momentos de grande repercussão da opinião pública e pressão popular por respostas – muitas vezes, paliativa, de curto prazo e reativa.

A 1ª lei que versava sobre o controle de armas na Austrália data de 1802, e visava evitar armas nas mãos de criminosos e de aborígenes. Entre 1920 e 1930, as oito regiões australianas obrigaram o registro de pistolas devido ao temor a revoluções comunistas: foi proibida até mesmo a prática esportiva em clubes de tiro – até 1956, ano da Olimpíada de Melbourne. No início dos anos 1970 foram registrados os primeiros eventos trágicos envolvendo armas de fogo: alvos de armas de caça em plena zona urbana e o assassinato de adolescentes de duas famílias, que passaram a se dedicar à causa do controle de armas.

Outros eventos também foram seguidos de novas medidas restritivas:

Em 1984, ocorre o massacre de Milperra Bikie, quando duas gangues abriram fogo uma contra a outra. Em agosto de 1987, ocorre um massacre em Melbourne: sete pessoas mortas e outras dezenove feridas – 1º grande massacre da Austrália. Uma semana depois, ocorre o massacre de Hungerford, no Reino Unido. Em dezembro de 1987: massacre da Queen Street, resultando em sete pessoas mortas e cinco feridas com uma carabina.

Como resposta a esses ocorridos, a região de New South Wales decretou em 1985 o banimento dos rifles semi-automáticos e a do registro das demais armas. Em Vitória, em 1988, trabalhistas assumem no vizinho de New South Wales e determinam o registro das armas semi-automáticas, bem como o uso restrito nos clubes de tiro de armas mais destrutivas.

Após um novo e recente massacre na Monash University, em 2002 (resultando em dois mortos e cinco feridos, com uso de pistola), o Congresso australiano aprova, em 2003, o *Firearms Amendment (Prohibited Pistols) Bill*, que restringiu vários tipos de pistolas (calibres), introduziu licenças probatórias de pistola, proibiu o uso de cartucho de capacidade superior a 10 balas e estabeleceu a entrega das armas proibidas com ressarcimento de seus proprietários. Mas as organizações defensoras do direito de se possuir e portar armas não se acomodaram. A maior organização *pró-armas* na Austrália, com mais de 120 mil membros, a *Sporting Shooters Association of Australia (SSAA)*, tem atuado na resistência aos novos esforços de controle de armas. Como seu próprio nome indica, esta associação tem como público os proprietários de armas que as utilizam para fins de prática esportiva, e também para fins de caça. (SSAA, 2005).

Conduz diversas atividades de responsabilidade social relacionadas ao seu campo de atuação, como o oferecimento de seminários sobre “*gun safety*”, controle da população de animais selvagens em parques nacionais, preservação de animais em risco de extinção etc.

A SSAA publica diversos periódicos especializados no assunto, como o *Australian Shooter*, *Australian Shooters Journal – ASJ*, *Hunter* e o *Australian & New Zealand Handgun*.

O ativismo dessa associação se dá em duas frentes principais: a primeira é relacionada ao aprimoramento dos mecanismos de controle de armas – visando, obviamente, a conter maiores restrições à sua comercialização e circulação por meio da criação de mecanismos mais eficientes que dispensem tais restrições –, como o trabalho junto aos fabricantes para aprimorar os mecanismos de marcação e de identificação de armas e projéteis para a comunidade internacional de justiça criminal, o aprimoramento de normas sobre a importação de armas etc.

Em 1993, essa associação, semelhantemente à sua irmã maior, a *NRA* americana, organizou um departamento, o *Institute of Legislative Action*, com o objetivo de atuar como *lobby*. Suas propostas atuais são mudar a legislação para garantir a permissão de armas semi-automáticas em clubes de tiro; permissão para prática de tiro esportivo em propriedade privada; permissão para carregar armas em áreas urbanas; permissão para que menores possam usar pistolas em clubes e outros lugares próprios; por fim, a anulação da obrigatoriedade de novo período de

espera de 28 dias por aqueles que já foram checados em compra anterior de arma. (GCA, 2005).

O movimento de organizações paramilitares ou milicianas mais radicais também está presente na Austrália, mostrando as mesmas características e forte ligação com os similares em atividade nos EUA. A *Australian Right to Bear Arms Association* (ARBAA) e a *Freedom Scouts*, entre outras, acreditam que o acontecimento de *Port Arthur* – quando, em 1996, um atirador de elite, usando rifles semi-automáticos, matou 35 pessoas e feriu outras 28, no mais sério episódio desse tipo já registrado no mundo – foi tramado e executado pelo governo, como um “bode expiatório” com o propósito de desarmar os australianos.

Revistas especializadas em armas: os valores e significados veiculados

As seguintes publicações foram adquiridas em bancas de revista no Brasil:

- American Handgunner. USA: FMG Publications, September/October, 2005.
- Guns & Ammo. USA: Primedia Specialty Group, vol. 49, n.8, August, 2005.
- Combat Handguns, USA: Harris Publications, September, 2005.
- Shooting Times, USA: Primedia Enthusiast Group, August, 2005.
- The complete book of guns – 2005 buyer’s guide. USA: Harris Publications, 2005.

Esta parte do estudo sobre os valores e significados levou em conta apenas as quatro primeiras publicações, uma vez que a última corresponde a um catálogo de armas. Para sistematizar a análise, o conteúdo das revistas foi dividido em duas categorias: as matérias e os anúncios veiculados.

Antes de procedermos à avaliação das revistas, salientamos que elas trazem uma pequena nota orientando os leitores a tomarem cuidado no manuseio da arma e a observarem restrições legais quanto à aquisição de armas nos estados de residência:

- *WARNING: Firearms are dangerous if used improperly, and may cause serious injury or death. Due to the inherent variables in the reloading of metallic cartridges, verify all published loads with manufacturer’s data. Consult a professional gunsmith when modifying any firearm. Be a safe shooter. (American Handgunner)*
- *CAUTION: Some advertisements may concern products that are not legally for sale to California residents or residents in other jurisdictions. (Guns & Ammo)*
- *To the readers: Be advised that there may be products represented in this magazine as to which the sale, possession or interstate transportation thereof may be restricted, prohibited or subject to special licensing requirements. Prospective purchasers should consult the local enforcement authorities in their area. [...] This magazine and its officers and employees accept no responsibility for any liability, injuries or damages arising out of*

any person's attempt to rely upon any information contained herein. (The complete book of guns, destaques do texto original)

Estas advertências aparecem invariavelmente impressas em fonte menor ao utilizado nas matérias e num formato e local que chama pouca atenção do leitor, em geral junto ao sumário dos artigos da revista. O fato de estarem publicadas com estas características parece ou atender a um requisito legal ou uma tentativa de proteger a própria revista de possíveis ações judiciais impetradas pelos leitores.

Os anúncios nas revistas

Uma outra característica é a presença constante de propaganda sobre armas ou itens relacionados, tais como miras telescópicas, clubes de tiro, equipamentos para caça e camping, cofres, canivetes e facas, livros especializados etc., conforme detalha a tabela a seguir.

Tabela 1 – Tamanho e quantidade de anúncios em revistas

Quantidade de anúncios e tamanho	<i>American Handgunner</i>		<i>Guns & Ammo</i>		<i>Shooting Times</i>		<i>Combat Handguns</i>	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Página inteira	39	30%	17	21%	21	28%	17	17%
Meia página	36	27%	16	19%	27	36%	47	48%
< meia página	4	3%	3	4%	1	1%	0	0%
Total	79	60%	36	44%	49	64%	64	65%
Páginas da revista	132	100%	82	100%	76	100%	98	100%

Na publicação *American Handgunner*, por exemplo, das 132 páginas da revista, 79 continham algum anúncio sobre armas ou itens relacionados. Ou seja, 60% da revista contém algum tipo de propaganda. Considerando a área (em cm²) que esses anúncios ocupam na revista em lugar do conteúdo jornalístico propriamente dito (entrevistas, matérias, editoriais, cartas etc.), a propaganda ocupa uma área aproximada de 43% da revista. A publicação *Shooting Times* segue aproximadamente as mesmas proporções, e na *Combat Handguns* a proporção é de aproximadamente 41% da área total.

Os números da *Guns & Ammo* são um pouco menores, mas também merecem destaque, uma vez que 44% das páginas da revista trazem algum tipo de anúncio. Mais de um quinto das páginas trazem propagandas de página inteira, e outros 19% são de meia página. Na proporção por área, temos 30,5% da revista ocupada por propagandas.

Os Valores e Significados nos Anúncios

Nas duas revistas, é expressivo também o número reduzido de propagandas que ocupam menos do que meia página, variando entre 3 e 4% do total de páginas. Talvez este número se explique pelas técnicas utilizadas nos anúncios “maiores”: o uso de **imagens**. Estas imagens variam de acordo com o intuito do próprio anunciante. Quando o objetivo é destacar a própria arma, destacam-se as fotos destas armas; se o intuito é enaltecer a qualidade dos acessórios,

são elas as estrelas dos anúncios (balas, miras, coldres, facas etc.). Outras vezes aparecem duas ou mais imagens conjugadas. Por exemplo, um anúncio sobre rifles para caça traz uma foto da arma e também do animal (veados, jacarés etc.), ou então um caçador empunhando seu rifle. Também é freqüente a imagem de soldados em combate para enaltecer a qualidade das armas de determinado fabricante.

Os vários anúncios transmitem diferentes tipos de **mensagens**, conjugando imagem e texto, como ilustraremos com alguns exemplos extraídos das revistas. Nos exemplos a seguir procuramos manter o formato do próprio anúncio, isto é, letras maiúsculas, letras em negrito, exclamações, entre outros aspectos, além de uma breve explicação sobre o tema do anúncio.

a) Qualidade das armas

- *Simple. Fast. Accurate.*
- *Handcrafted in the Milt Spark Tradition.*
- *The XD polymer pistol may be the first handgun that was actually inspired by the human hand*
- *Picture the Perfect Rifle.*
- *ACCURACY GRIP*
- *YOU DESIGN. WE REFINE.*
- *WE'LL HELP YOU WITH THE **KNOCK DOWN**. BUT THE **DRAG OUT**, IS ENTIRELY UP TO YOU.* → Rifles para caça
- *SOLDIERS BOUGHT HENRY RIFLES IN 1862 TO WIN THE WAR. YOU'LL BUY THEM TODAY BECAUSE THEY'RE A HOOT TO SHOOT!*
- *Perfection* → pistola Glock
- ***Versatile and Durable** with Real-World proven results for all types of shooting*

b) Qualidade dos acessórios, design etc.

- *Get the good stuff* → propaganda sobre acessórios: coletes, capacetes, facas, mochilas, vestimentas etc.
- *Finally... superior gun care products that leave your firearms flawlessly clean* → produtos de limpeza.
- *The Best Ammo for the Worst Situation.* → Munição para armas
- *If you deserve the best...* → acessórios: canivetes e lanternas
- *Your life could depend on your weapon and your illumination tools.* → lanterna
- *The ultimate quick access safe* → cofre para guardar armas
- *A revolution usually starts with a gun. This time, it starts with a scope.*
- *One shot stopping.* → Balas para rifles de caça
- *The look of leather – The price of polymer* → pistola
- *You'll be charmed by the Kobra Carry*

c) Segurança que as armas proporcionam

- *Threats don't knock three times... they invade your home in the dead of night*
- *OUR Mission: YOUR Survival*
- *The homeland just got more secure*
- *Carry a gun. Save lives.*
- *Deliver an impact*

- *Buy a rifle to swear by, not at*
- *Fear no evil*

d) Força da arma

- *You may never breach an entry to end a seven-hour hostage handoff... but your Springfield has.*
- *Combat ready*
- *We'll help you with the **knock down**. But the **drag out**, is entirely up to you.* → Rifles para caça

e) Valores pessoais e/ou tradição

- *Get promoted to an Executive*
- *Handcrafted in the Milt Sparks Tradition.*
- *Outfitting you for seasons of success.* → Equipamentos para caça e pesca
- *An American Classic from Savage. With new detachable magazine* → Rifles para caça
- *Wanted (in all 50 states)* → Propaganda de revólveres
- *This is not your daddy's .45*
- *Soldiers bought Henry rifles in 1862 to win the war. You'll buy them today because they're a hoot to shoot!*
- *Winchester. It's a family tradition.* → Munição para rifles de caça.
- *Legendary reliability. Magnum power. Bolt-action accuracy.* → Rifle
- *If you're ready to own it, we're ready to make it.* → Armas fabricadas sob encomenda
- *The highest grade 1911's for those who expect the best engineered and handcrafted by the legendary Brown family*

Verificamos, a partir dos exemplos citados, que diferentes valores e significados são atribuídos às armas. Algumas vezes diferentes valores e significados estão presentes em um mesmo anúncio, motivo pelo qual alguns trechos aparecem em mais de uma categoria.

Muitas propagandas utilizam textos com todas as letras em maiúscula, provavelmente com o intuito de reforçar aspectos ligados à força de uma arma ou relacionar com a virilidade, pois transmite uma idéia de ênfase, de agressividade na transmissão da mensagem (nas conversas por computador, as frases escritas com todas as letras maiúsculas).

Interessante notar, ainda, o destaque dado, em muitas das propagandas, à origem local da arma (*Made in USA*), quase sempre seguida da bandeira norte-americana. Algumas traziam, inclusive, frases ainda mais fortes sobre essa característica “patriótica” da arma, como “*Made with pride in the USA*”.

Alguns anúncios promovem a venda do produto, indicando o preço e o site onde se pode processar a compra.

Os Valores e Significados nas Matérias

Algumas matérias exploram características particulares sobre as armas de fogo, como aquelas destinadas ao público adepto do estilo *western*, ou o velho-oeste americano. Não deixa de ser

um nicho de mercado que tem fabricantes específicos para armas que poderiam ser consideradas antiquadas se comparadas com a potência das mais modernas.

Algumas matérias também são acompanhadas de propagandas específicas, numa forma de **induzir** o leitor. Por exemplo, um artigo sobre balas para rifles ocupava três páginas de uma das revistas, mas as metades inferiores das páginas traziam propagandas, uma sobre balas e as outras duas sobre rifles para caça de diferentes fabricantes.

As reportagens sobre armas de fogo também trazem inúmeras **imagens** das armas, que são retratadas em diferentes ângulos e com detalhes de suas diferentes partes (gatilho, empunhadura, cano, etc.). O texto e as fotos procuram reforçar características como a qualidade do material empregado, a facilidade de manuseio, o design moderno e arrojado, entre outros aspectos.

Quando a matéria é sobre caça, as **imagens** em geral são de um caçador junto à sua caça (já abatida). Em menor número aparece o caçador em posição de tiro, confraternização dos caçadores ou detalhes do rifle e da munição. O texto procura destacar a **atividade** da caça e do prazer que esta proporciona, além de trazer detalhes sobre os diferentes parques em que é possível praticar a atividade. Os artigos ainda versam sobre importância da escolha do rifle de acordo com o tipo de animal a ser caçado, realçando a qualidade das armas, o alcance dos disparos, os tipos de munição mais adequados etc.

Um outro tipo de artigo presente nas revistas é sobre as **competições** que acontecem nos Estados Unidos. Além de trazer as regras para se sagra campeão, as matérias em geral trazem **fotos** dos competidores em ação no torneio e também dos diferentes tipos de armas utilizados.

Nas revistas pesquisadas, apenas um artigo tratou do **debate** sobre a violência e não violência na luta contra um governante tirano. Trouxe uma análise, mesmo que breve, da tática de não-violência utilizada por Gandhi, ou da desobediência civil na batalha pela expulsão dos ingleses do solo indiano. O argumento é que “*no one should be espousing violent insurrection without having seriously considered and weighed the alternatives*” (*American Handgunner*, p. 94). Aqueles que defendem a via armada mas que “*does not even know who Gandhi was is a black mark on the whole gun rights movement. Yes, you read that right. The whole movement*” (*American Handgunner*, p. 94). É um dos raros artigos, se não único, que tratou de um tema pouco palatável aos defensores da arma como instrumento de segurança pessoal e também como forma de se defender de governos tiranos. Mas a motivação de tal artigo foi justamente o de informar este grupo sobre os argumentos que podem ser utilizados por outros indivíduos que defendem restrições no uso de armas.

A publicação *Combat Handguns*, mais voltada para os profissionais da segurança pública e privada (incluindo policiais – *law enforcement officers* – e membros do Exército), traz também uma seção chamada “*Don't be a victim*”, na qual se publicam a cada edição histórias de leitores relatando situações nas quais precisou fazer uso de sua arma (seja empunhando seja atirando) para resolver situações de perigo real, como assaltos, tentativas de seqüestro etc. A edição analisada da revista trazia, ainda, uma reportagem analisando, do ponto de vista legal (da legislação norte-americana), o princípio da autodefesa, nos casos de se atirar contra um agressor não armado.

Considerações Finais

Esta parte da pesquisa mostrou que as revistas analisadas trazem um grande número de anúncios de armas ou de acessórios, com um forte apelo visual. Este recurso das imagens também é largamente utilizado nas matérias, que exploram temas como a tradição da caça, a prática do tiro competitivo, a caça e a qualidade das armas e acessórios.

Em geral, as reportagens não abordam temas como os crimes cometidos com armas de fogo, as forças policiais, a delinquência e a violência juvenil, o sistema prisional, as penas alternativas. Apenas um único artigo procurou analisar o debate sobre a utilização de táticas violentas ou sem o uso da violência para se combater governos tiranos.

Considerações finais da Parte I

O que ressalta da análise empreendida é a tendência ao controle das armas nos países selecionados e, ao mesmo tempo, a oposição que surge a partir de grupos de interesse setoriais. Desse modo, pode-se verificar uma constante discrepância de posições entre os pró-armas e os pró-controle.

Essas posições, com suas variações locais e regionais, vão reaparecer na análise do caso brasileiro. O resultado do referendo do dia 23 de outubro de 2005 expressa de forma incontestável, 64% para o “Não” e 36% para o “Sim”, a preferência da população brasileira com relação a proposta da Lei No 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento:

“Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6o desta Lei.
§ 1o Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.”

Muito se pode argumentar e discutir sobre as causas deste significativo resultado. Questões como as seguintes, podem ser objeto de futuros estudos e avaliações:

- Em que medida os eleitores votaram no “Não” como forma de descontentamento com a onda de corrupção do atual governo Lula?
- Em que medida a sensação de insegurança e da falta de resposta ativa dos governos, nos três níveis, em combater a violência determinaram a vitória do “Não”?
- Os 64% que votaram no “Não”, de fato comungam dos mesmos valores e significados da propriedade e do porte de armas de fogo expresso por seus proprietários e outros defensores durante toda a campanha?

- Em que medida a frente do “Não” foi mais eficiente e eficaz em expressar, despertar, criar e fortalecer valores e significados “positivos” associados a armas de fogo e a permanência de seu comércio?

Os objetivos de nosso projeto não nos permitem adentrar no estudo e consideração destas questões e de muitas outras relacionadas. Contudo interessa sintetizar quais são estes valores e significados, que de uma forma ou de outra foram prevaletentes, e a sua aderência com os encontrados nos demais países.

Valores expressos por organizações e associações apoiadoras da recente campanha da Frente Parlamentar pelo Não (MVB, 2005):

- 1- Possuir e, em certos casos e situações, portar arma de fogo é um “direito” natural e inalienável do cidadão ou “homem de bem” para exercer a proteção própria, de sua família e de sua propriedade.
- 2- O Estado brasileiro não dá as mínimas condições para que o cidadão se sinta seguro e abdique da segurança oferecida por uma arma de fogo.
- 3- As campanhas de desarmamento só desarmam os cidadãos honestos e não têm nenhum efeito sobre os criminosos.
- 4- As leis para controle de armas são ineficientes e ineficazes para o combate a criminalidade e violência.
- 5 – O controle de armas é uma forma ilegítima de intromissão do Estado sobre direitos particulares.

Parte II. Análise das informações fornecidas pelos proprietários de armas

1 – Informações Pessoais

A Tabela 24 faz um resumo dos questionários enviados por estado, dos questionários retornados respondidos, aqueles devolvidos por algum problema (ex.: destinatário mudou-se, faleceu etc.), e aqueles não retornados até o momento do fechamento da pesquisa (1º de dezembro de 2005).

Nota-se um maior índice de resposta dos estados do Espírito Santo e de São Paulo, enquanto Mato Grosso e Pernambuco ficaram com os níveis mais baixos de resposta, com quase um terço do nível mais alto. O nível médio de retorno foi de 10,9%, considerado um índice bom para uma pesquisa de resposta voluntária via correspondência.

Entre as correspondências devolvidas por algum erro (endereço incorreto, destinatário mudou-se, faleceu etc.), o estado de Rondônia aparece em primeiro lugar, seguido por Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro aparece em último lugar, ou seja, poderia indicar um melhor cadastro de seus proprietários, com endereços mais atuais etc. No entanto, parte desses retornos deveu-se à inexistência de um centro de distribuição dos Correios na cidade, devendo o destinatário retirar sua correspondência diretamente na agência. Caso isto não aconteça, os Correios devolvem a correspondência com a indicação de “não procurado”. Infelizmente não pudemos contabilizar todos os tipos de devolução, pois muitas dessas anotações não estão identificáveis (ou estão com o carimbo fraco, ou sequer está selecionada uma das opções).

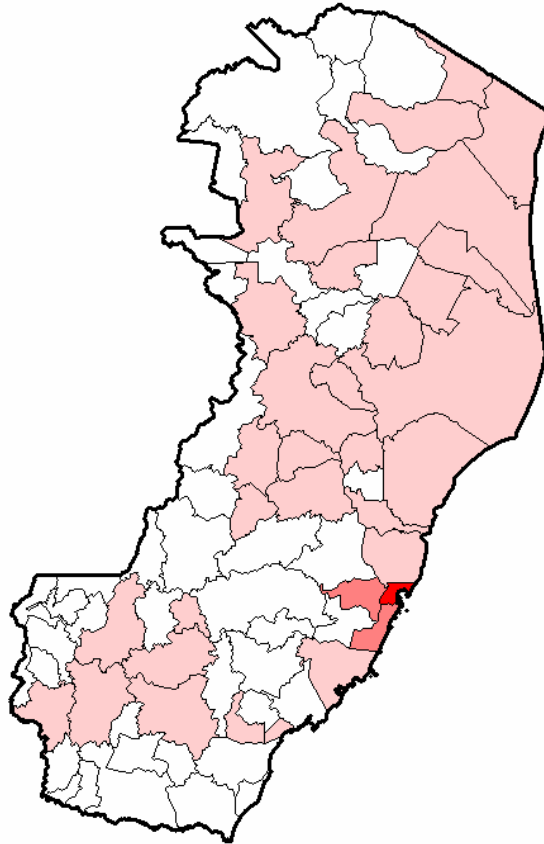
De qualquer forma, o número de devoluções de todos os estados, em praticamente todos os casos (com exceção do Espírito Santo) superando o número de questionários respondidos, é bastante alto, e aponta para uma péssima qualidade no cadastro de proprietários que o Sinarm dispõe hoje – no endereço de e-mail para contato disponibilizado pelos pesquisadores, havia algumas mensagens de parentes de proprietários cadastrados no Sinarm que acusavam seu falecimento há vários anos, alguns há quase duas décadas. A lei 10.826/2004 estabelece a obrigatoriedade do recadastramento de todos os proprietários de três em três anos. Até lá, a informação da qual o governo dispõe hoje é bastante frágil e incapaz de servir de subsídio para uma boa política de controle de armas.

Tabela 2 – Q.1 Em qual estado você mora?

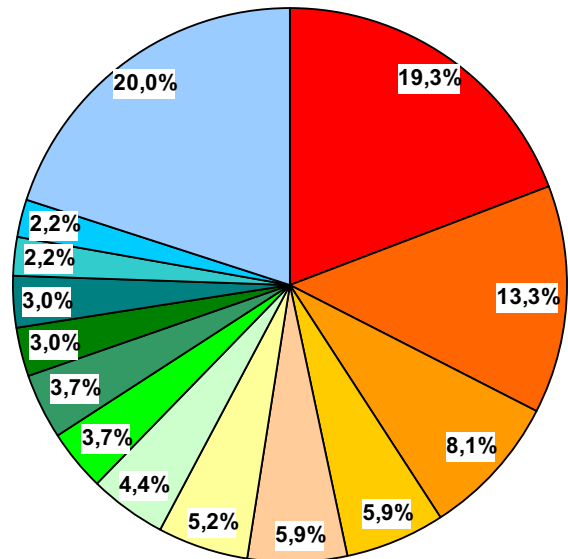
Estado	Enviados	Respondidos		Devolvidos (erro)		Não retorno		TOTAL
	#	#	%	#	%	#	%	
ES	750	141	18,8%	113	15,1%	496	66,1%	100%
MT	750	52	6,9%	182	24,3%	516	68,8%	100%
PE	750	49	6,5%	147	19,6%	554	73,9%	100%
RJ	750	53	7,1%	68	9,1%	629	83,9%	100%
RO	750	71	9,5%	190	25,3%	489	65,2%	100%
RS	746	69	9,2%	165	22,1%	512	68,6%	100%
SP	1.500	220	14,7%	253	16,9%	1.027	68,5%	100%
TOTAL	5.996	655	10,9%	1.118	18,6%	4.223	70,4%	TOTAL

Os gráficos e tabelas abaixo apresentam a distribuição geográfica dos respondentes por município dentro de cada estado analisado. Nota-se uma já esperada concentração nas capitais, mas com graus diferentes de distribuição pelo interior em cada estado (enquanto no Espírito Santo há mais municípios com respondentes, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, dois estados cujas capitais possuem os mais altos índices de criminalidade do País, a concentração dos respondentes se deu justamente nas capitais).

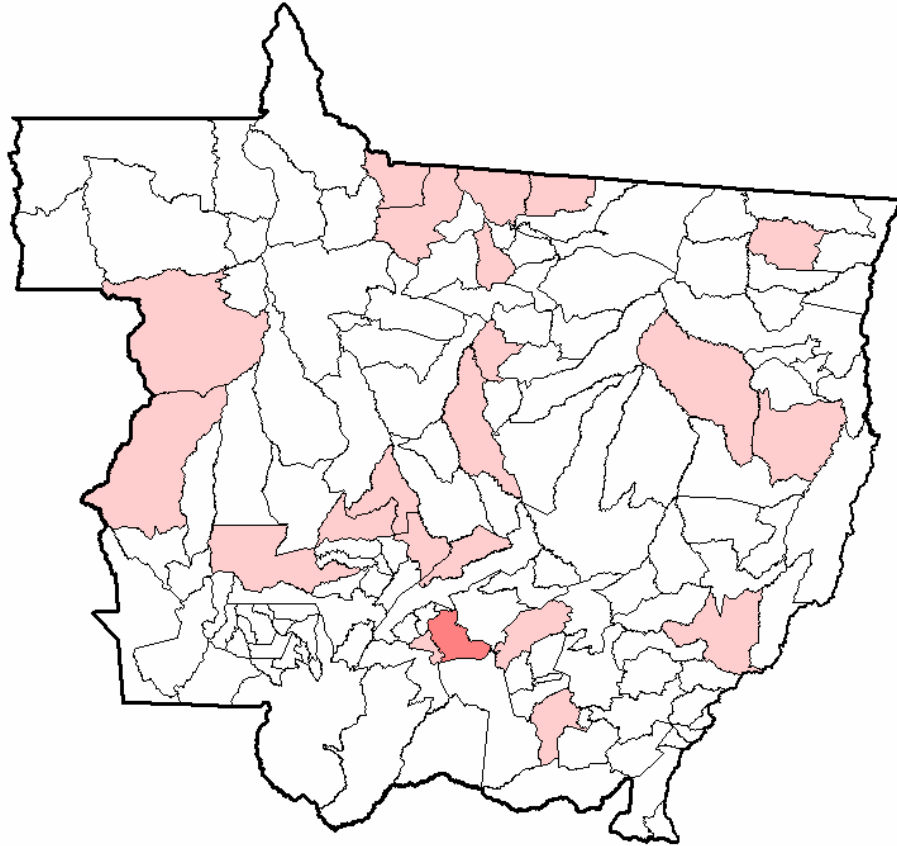
Tabelas 3 – Q.2 Cidade.
Espírito Santo



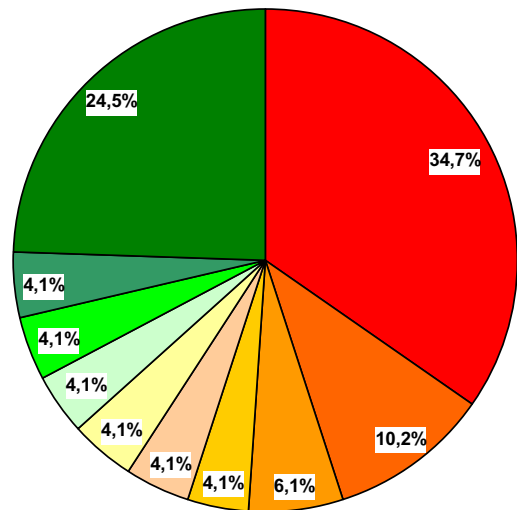
#	%	CIDADE	UF
26	19,3%	Vitória	ES
18	13,3%	Cariacica	ES
11	8,1%	Vila Velha	ES
8	5,9%	Cachoeiro de Itapemirim	ES
8	5,9%	Serra	ES
7	5,2%	Linhares	ES
6	4,4%	São Mateus	ES
5	3,7%	Colatina	ES
5	3,7%	Nova Venécia	ES
4	3,0%	Aracruz	ES
4	3,0%	Venda Nova do Imigrante	ES
3	2,2%	Alegre	ES
3	2,2%	Pancas	ES
27	20,0%	OUTROS	ES
135	100%	TOTAL	ES



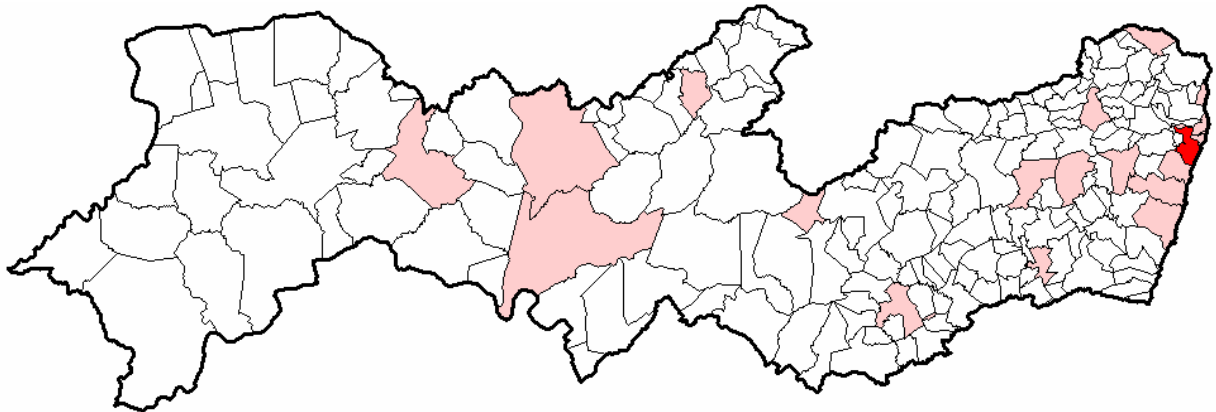
Mato Grosso



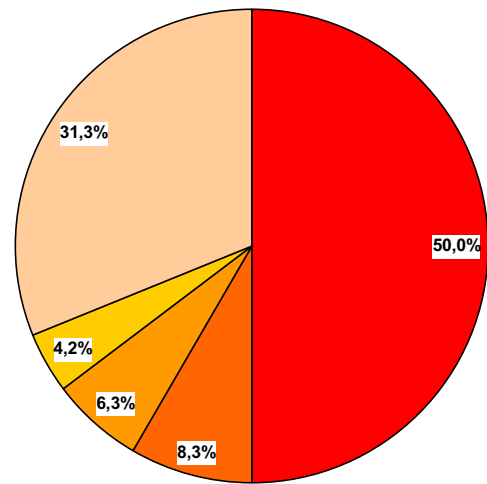
#	%	CIDADE	UF
17	34,7%	Cuiabá	MT
5	10,2%	Sinop	MT
3	6,1%	Várzea Grande	MT
2	4,1%	Barra do Garças	MT
2	4,1%	Campo Verde	MT
2	4,1%	Comodoro	MT
2	4,1%	Guarantã do Norte	MT
2	4,1%	Juína	MT
2	4,1%	Sorriso	MT
12	24,5%	OUTROS	MT
49	100%	TOTAL	MT



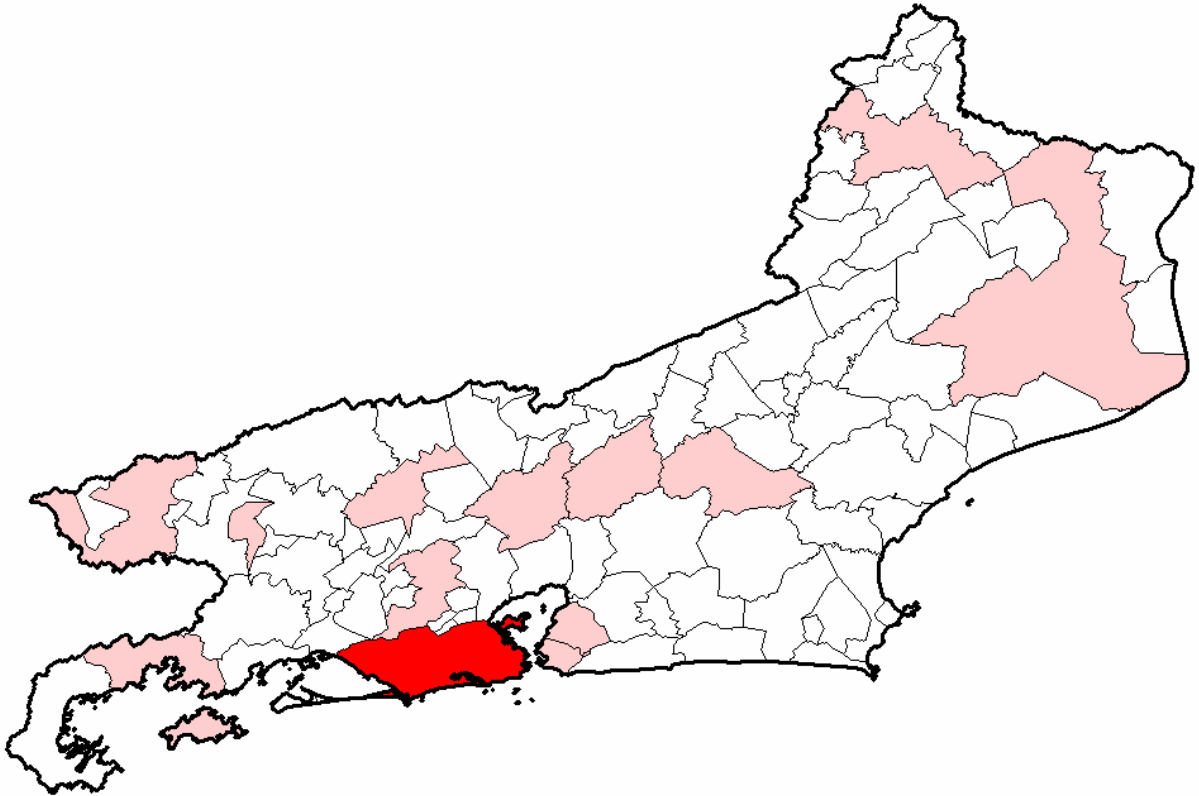
Pernambuco



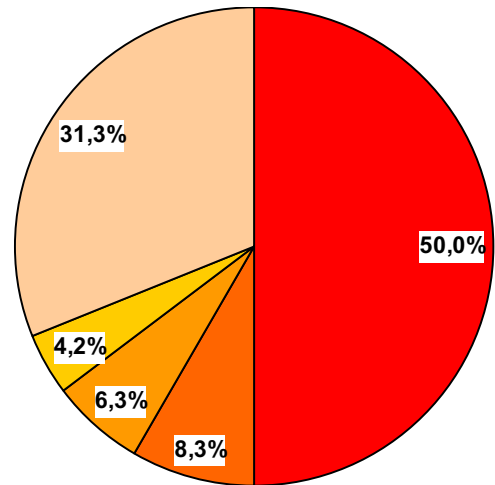
#	%	CIDADE	UF
24	50,0%	Recife	PE
4	8,3%	Jaboatão dos Guararapes	PE
3	6,3%	Paulista	PE
2	4,2%	Vitória de Santo Antão	PE
15	31,3%	OUTROS	PE
48	100%	TOTAL	PE



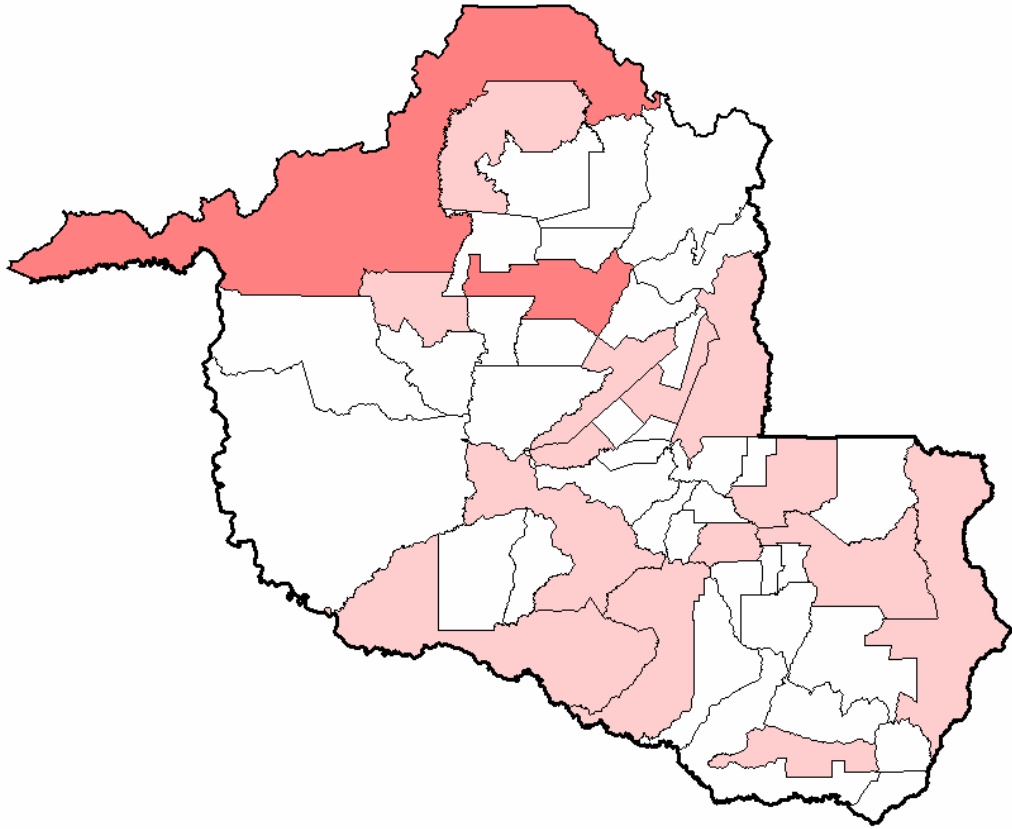
Rio de Janeiro



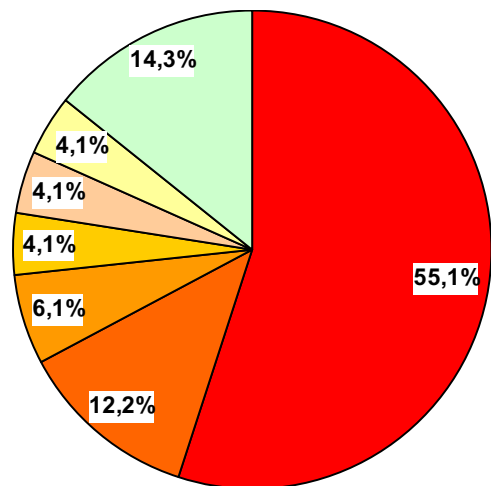
#	%	CIDADE	UF
27	55,1%	Rio de Janeiro	RJ
6	12,2%	Niterói	RJ
3	6,1%	Petrópolis	RJ
2	4,1%	Campos dos Goytacazes	RJ
2	4,1%	Nova Iguaçu	RJ
2	4,1%	Teresópolis	RJ
7	14,3%	OUTROS	RJ
49	100%	TOTAL	RJ



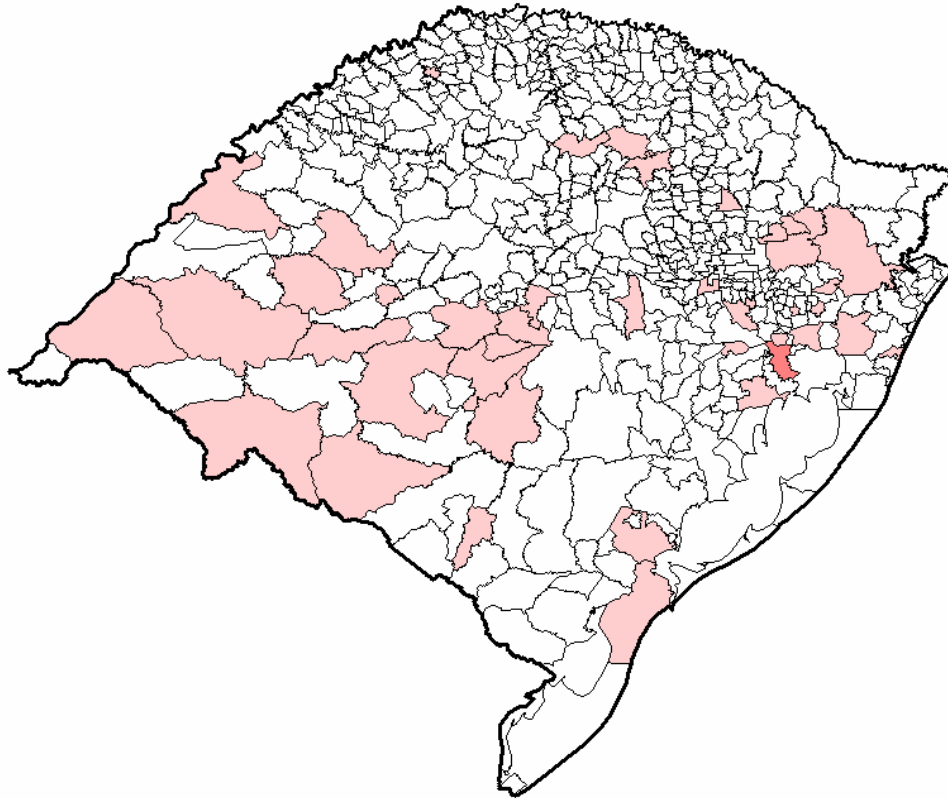
Rondônia



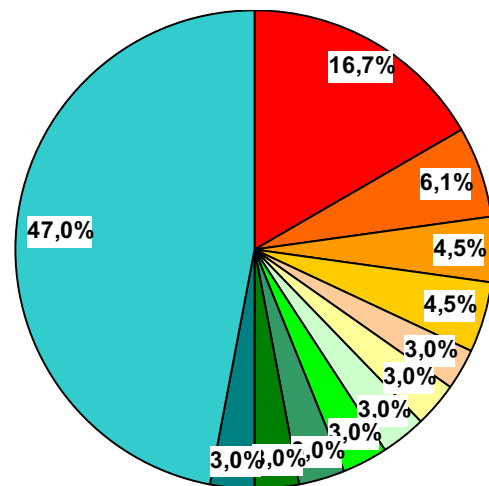
#	%	CIDADE	UF
14	21,9%	Porto Velho	RO
11	17,2%	Ariquemes	RO
7	10,9%	Cacoal	RO
7	10,9%	Rolim de Moura	RO
5	7,8%	Jaru	RO
3	4,7%	Ji-Paraná	RO
3	4,7%	Ouro Preto do Oeste	RO
3	4,7%	Pimenta Bueno	RO
3	4,7%	Vilhena	RO
2	3,1%	São Miguel do Guaporé	RO
6	9,4%	OUTROS	RO
64	100%	TOTAL	RO



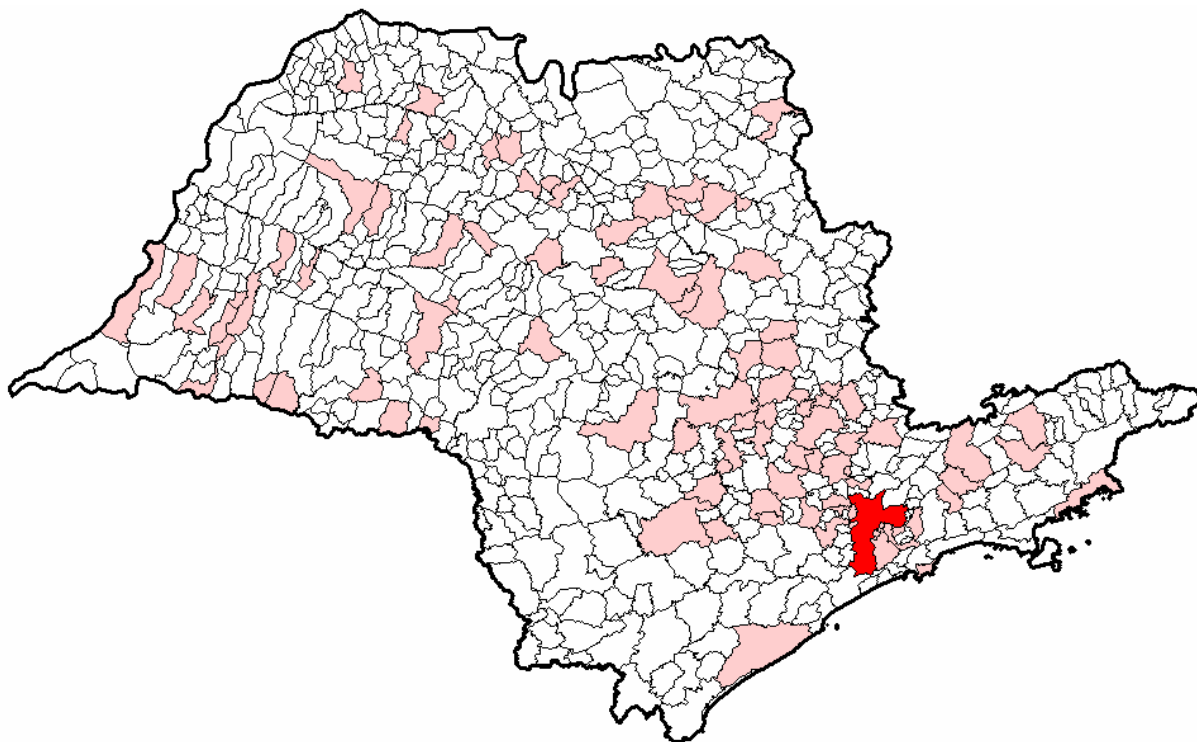
Rio Grande do Sul



#	%	CIDADE	UF
11	16,7%	Porto Alegre	RS
4	6,1%	Santa Maria	RS
3	4,5%	Caxias do Sul	RS
3	4,5%	Pelotas	RS
2	3,0%	Alegrete	RS
2	3,0%	Barra do Ribeiro	RS
2	3,0%	Caçapava do Sul	RS
2	3,0%	Campo Bom	RS
2	3,0%	Carazinho	RS
2	3,0%	Passo Fundo	RS
2	3,0%	São Borja	RS
31	47,0%	OUTROS	RS
66	100%	TOTAL	RS



São Paulo



#	%	CIDADE	UF
61	28,4%	São Paulo	SP
6	2,8%	Campinas	SP
6	2,8%	Limeira	SP
5	2,3%	Presidente Prudente	SP
5	2,3%	Taubaté	SP
4	1,9%	Osasco	SP
3	1,4%	Araçatuba	SP
3	1,4%	Araraquara	SP
3	1,4%	Birigui	SP
3	1,4%	Botucatu	SP
3	1,4%	Cotia	SP
3	1,4%	Jundiaí	SP
3	1,4%	São Bernardo do Campo	SP
3	1,4%	Sorocaba	SP
104	48,4%	OUTROS	SP
215	100%	TOTAL	SP

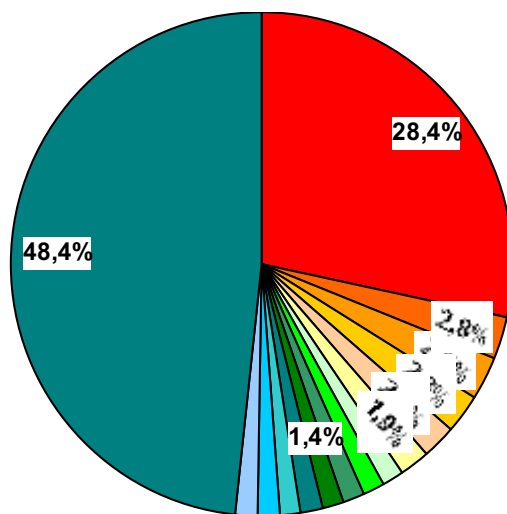


Tabela 4 – Q.3 Zona.

Zona	ES	MT	PE	RJ	RO	RS	SP	TOTAL
Urbana	83,1%	77,4%	81,6%	94,2%	80,3%	76,8%	90,4%	84,9%
Rural	14,1%	13,2%	6,1%	1,9%	15,5%	18,8%	5,5%	10,2%
NR	2,8%	9,4%	12,2%	3,8%	4,2%	4,3%	4,1%	4,9%
Total geral	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A Tabela 4 mostra a zona de localização da residência do respondente. Com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem Regiões Metropolitanas densamente habitadas e com grande conurbação urbana, nos demais estados a relação entre zona Urbana e Rural segue uma proporção bastante parecida à da média nacional: 83,3% domicílios particulares permanentes na zona urbana e 16,7% na zona rural (IBGE, Censo Demográfico 2000).

Tabela 5 – Q.4 Quantas pessoas há em sua residência (incluindo você)?

Pessoas na residência	#	%
1	32	4,9%
2	118	18,0%
3	141	21,5%
4	192	29,3%
5	84	12,8%
6	44	6,7%
7	9	1,4%
8	9	1,4%
9	3	0,5%
10 ou mais	1	0,2%
NR	22	3,4%
TOTAL	655	100%

A Tabela 5 acima mostra a concentração dos domicílios dos respondentes com 3 e com 4 pessoas coabitando na residência. Ainda que possa haver uma diversidade de configurações familiares, os dados parecem apontar para a predominância de uma típica família composta de marido e mulher com 1 ou com 2 filhos – é razoável supor isso se analisarmos a média nacional de 2,3 filhos por casal, que decresce proporcionalmente ao aumento da renda e da escolaridade, que é o caso dos respondentes deste survey, como demonstram a Tabela 9 (p.39) e a Tabela 10 (p.39).

Tabela 6 – Q.5 Idade (em anos).

Idade	#	%
16 a 20	2	0,3%
21 a 25	13	2,0%
26 a 30	66	10,1%
31 a 35	67	10,2%
36 a 40	72	11,0%
41 a 45	77	11,8%
46 a 50	65	9,9%
51 a 55	68	10,4%
56 a 60	71	10,8%
61 a 65	46	7,0%
66 a 70	41	6,3%
71 a 75	20	3,1%
76 a 80	14	2,1%
81 a 85	6	0,9%
86 ou mais	3	0,5%
NR	24	3,7%
TOTAL	655	100%

A Tabela 6 traz uma informação bastante interessante: o registro de armas se distribui de maneira homogênea entre as faixas de idade dos 26 aos 60 anos (em intervalos de 5 anos) dos respondentes. Isto aponta para uma constatação interessante: embora a probabilidade de ser vítima da criminalidade seja, como quase tudo o mais no Brasil – renda, propriedade, acesso a serviços públicos etc. –, má distribuída (a faixa de idade dos 18 aos 25 anos de idade concentra a maior parte das vítimas da criminalidade, e vai decrescendo conforme aumenta da idade), o “medo” de ser vítima da criminalidade é altamente democrático, atingindo as diversas faixas etárias.

Tabela 7 – Q.6 Sexo.

Sexo	#	%
Masculino	597	91,1%
Feminino	33	5,0%
NR	25	3,8%
TOTAL	655	100%

A Tabela 7 aponta a predominância quase que absoluta dos homens entre os respondentes. Este dado reforça uma imagem, já existente no imaginário popular, da arma como um objeto tipicamente masculino, reforçando a idéia da força, da potência etc. No caso das mulheres, 20% das respondentes que possuem armas de fogo indicaram, como profissão, ofícios ligados à força de segurança pública ou à operação da Justiça, o que aponta para um uso da arma associado à sua condição profissional.

Do ponto de vista da utilização desta arma de fogo, essa predominância das armas de fogo registradas nas mãos de homens também guarda forte ligação com a predominância da vitimização masculina por meio da arma de fogo: analisando-se o universo dos 6.018 homicídios ocorridos em 2001 no estado de São Paulo, observa-se a predominância acentuada do sexo masculino, com 93,2% do total dessas mortes. A participação das armas de fogo nessas mortes é de 67,4% nas Declarações de Óbito e de 88,6% nos laudos de necropsia (nessa fonte essa proporção chega a 89,6%, quando são somadas as mortes em que foram utilizados múltiplos meios). (GAWRYSZEWSKI, KAHN & MELLO JORGE, 2005)

Uma política direcionada para a diminuição das mortes com armas de fogo ou mesmo para a diminuição do estoque de armas de fogo nas mãos de civis, deve fundamentalmente dirigir-se a essa forte associação entre masculinidade e armas de fogo, cuja simbologia é bastante forte e presente na cultura não apenas do Brasil, mas de todo o mundo.

Tabela 8 – Q.7 Cor ou raça (auto-atribuição)

Cor	#	%
Amarela	15	2,3%
Branca	518	79,1%
Parda	99	15,1%
Preta	14	2,1%
Indígena	2	0,3%
NR	7	1,1%
TOTAL	655	100%

A Tabela 8 mostra a auto-atribuição dos respondentes com relação à sua cor de pele. Em princípio, pode parecer que a composição foge do que seria a composição da população brasileira, indicando algum tipo de viés relacionado à cor da pele ou a outra característica correlacionada a ela (renda, escolaridade etc.). A Tabela 9 abaixo aponta para uma predominância de quase dois terços dos respondentes situados na faixa de renda familiar acima de 5 salários mínimos. Considerando-se que a grande maioria dos respondentes comprou sua arma principal numa loja (ver Tabela 27 – Q.22 Qual a origem da sua arma principal?) e ainda o valor de uma arma nova e os custos indiretos para a obtenção do registro, estima-se que a renda familiar declarada pelos respondentes deste *survey* esteja abaixo da renda real. Comparando as proporções expressas na Tabela 8 com a distribuição por cor da pele entre aqueles com rendimento nominal mensal de todos os trabalhos acima de 10 salários mínimos de acordo com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, têm-se cifras bastante semelhantes: 2,3% (Amarela), 81,3% (Branca), 13,8% (Parda), 2,1% (Preta) e 0,2% (Indígena). Isto reforça a idéia de que armas de fogo são, de fato, um artigo para “pessoas de bens” – aquelas que possuem renda para adquiri-la.

Tabela 9 – Q.8 Renda familiar (em salários mínimos)

Renda	#	%
Até 1 SM	23	3,5%
1 a 4 SM	131	20,0%
5 a 10 SM	204	31,1%
Mais de 10 SM	247	37,7%
NR	50	7,6%
TOTAL	655	100%

A Tabela 10 mostra a distribuição dos respondentes por escolaridade. A maioria deles alcançou pelo menos o Ensino Médio, sendo que mais de um terço chegou também a frequentar o Ensino Superior. Nota-se uma grande proporção de respondentes que declararam ter cursado a Pós-graduação (12,4%), um índice muito acima da média nacional. Ainda assim, é quase a mesma proporção dos respondentes que declararam não ter completado sequer o Ensino Fundamental, além de um número considerável de proprietários que não completaram o Ensino Médio ou o Ensino Superior.

Tabela 10 – Q.9 Escolaridade

Escolaridade	#	%	#	%	#	%	#	%	%
Sem ensino	16	2,4%	Completo	Incompleto	NR	TOTAL			
Ensino Fundamental	131	20,0%	48	36,6%	74	56,5%	9	6,9%	100%
Ensino Médio	187	28,5%	133	71,1%	36	19,3%	18	9,6%	100%
Ensino Superior - Graduação	195	29,8%	123	63,1%	61	31,3%	11	5,6%	100%
Ensino Superior - Pós-graduação	81	12,4%	62	76,5%	9	11,1%	10	12,3%	100%
NR	45	6,9%	-	-	-	-	-	-	-
	655	100%	366	-	180	-	48	-	-

A Tabela 11 mostra a predominância das profissões liberais (principalmente advogados, engenheiros e médicos), seguidos pelos trabalhadores da indústria e do comércio, dos

aposentados e dos comerciantes. A presença de uma parcela considerável de agentes da força de segurança pública (policiais civis, militares e guardas municipais), tendo sido requisitado à Polícia Federal acesso somente ao registro de civis, indica certa fragilidade do Sinarm em levantar informações específicas de seu cadastro. No caso, o Sinarm não foi capaz de diferenciar o registro de armas por civis e o registro de arma para uso particular de agentes da força de segurança pública – o atual sistema consegue identificar, ainda que por meio de subterfúgios, as armas funcionais desses agentes da força de segurança pública, ou seja, as armas adquiridas pelas corporações policiais para o uso pelo policial no cumprimento de suas funções.

Tabela 11 – Q.10 Profissão.

Profissão (por categoria)	#	%
Aposentados	68	10,4%
Comerciantes	62	9,5%
Força de segurança pública	43	6,6%
Funcionários públicos	41	6,3%
Operadores da Justiça	7	1,1%
Profissionais liberais	118	18,0%
Proprietários/arrendatários de terra	35	5,3%
Segurança privada, vigilante etc.	16	2,4%
Técnicos	38	5,8%
Trabalhadores da indústria e do comércio	70	10,7%
Outros	48	7,3%
NR	109	16,6%
TOTAL	655	100%

2 – Sua opinião sobre o controle de armas no País

A 11ª questão perguntou se o Governo deveria controlar o porte e/ou a propriedade de armas de fogo. As respostas apresentaram a seguinte distribuição:

Tabela 12 – Q.11 O Governo deve controlar o porte e/ou a propriedade de armas de fogo?

Resposta	Nº de respondentes	Porcentagem
Não, o Governo não deveria interferir neste assunto	47	7.2%
Não sei / não opino	8	1.2%
Sim, deve ter algum tipo de controle	385	58.8%
Sim, deve ter um rígido controle	208	31.8%
Não responderam	7	1.1%
Total	655	100%

Portanto, 90,6% (58,8% + 31,8%) responderam que o governo deve ter, no mínimo, algum tipo de controle sobre a posse e o porte de armas. Contudo, 31,8% são a favor de rígidos

controles e pelo perfil das respostas dos que justificaram (vide anexo) podemos inferir que os respondentes avaliam que os atuais controles já são bastante rígidos.

Apenas 7,2% afirmaram que governo não deveria interferir no assunto, ou seja, exercer algum tipo de controle.

O detalhamento da questão 11 mostra algumas diferenças estaduais (Tabela 13). Em Mato Grosso, o percentual de proprietários que acreditam que o governo não deve interferir neste assunto foi o mais elevado da lista, com 13,2%, seguido do Rio Grande do Sul, com 11,6%, e Rondônia, com 9,9%. Nestes três estados o valor ficou acima da média geral, de 7,2%.

A resposta expressiva no “sim” em todos os Estados indica que mesmo os proprietários são a favor de alguma forma de controle por parte do governo. A necessidade de um rígido controle encontra maior eco em Rondônia, com 40,8%, seguido de perto por Mato Grosso (39,6%) e pelo Rio Grande do Sul (37,7%). Os donos de arma que preferem algum tipo de controle são maioria em Pernambuco (77,6%), São Paulo (67,6%), Rio de Janeiro (59,6%) e Espírito Santo (57%).

Tabela 13 – Q.11. O governo deve controlar o porte e/ou a propriedade de armas de fogo? Por Estado

ESTADO	NÃO		SIM				Subtotal SIM		Não sei		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	8	5,6%	81	57,0%	47	33,1%	128	90,1%	3	2,1%	3	2,1%	142	100%
MT	7	13,2%	23	43,4%	21	39,6%	44	83,0%	1	1,9%	1	1,9%	53	100%
PE	3	6,1%	38	77,6%	8	16,3%	46	93,9%					49	100%
RJ	3	5,8%	31	59,6%	18	34,6%	49	94,2%					52	100%
RO	7	9,9%	30	42,3%	29	40,8%	59	83,1%	2	2,8%	3	4,2%	71	100%
RS	8	11,6%	34	49,3%	26	37,7%	60	87,0%	1	1,4%			69	100%
SP	11	5,0%	148	67,6%	59	26,9%	207	94,5%	1	0,5%			219	100%
TOTAL	47	7,2%	385	58,8%	208	31,8%	593	90,5%	8	1,2%	7	1,1%	655	100%

* Corresponde à opção “Sim, deve ter algum tipo de controle”

** Corresponde à opção “Sim, deve ter um rígido controle”

Na pergunta 13^a, sobre ser favorável à proibição do comércio de armas. As respostas apresentaram a seguinte distribuição:

Tabela 14 – Q.13. Você é favor da proibição do comércio de armas?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Não	536	81.8%
Não sei / não opinou	15	2.3%
Sim	70	10.7%
Não responderam	34	5.2%
TOTAL	655	100%

Esta foi a questão do referendo sobre a proibição do comércio de armas e munição, que teve como resultado 63,9% pelo Não e 36,1 pelo Sim. A alta percentagem de respondente que responderam Não em nossa pesquisa, obviamente reafirma o resultado do referendo. Obviamente, o viés a maior é devido a pergunta ter sido endereçada a proprietários de armas, que de forma natural e auto interessada, defendem a permanência do comércio e da possibilidade de eles e outros comprarem armas legalmente.

A análise por estado das respostas da questão 13 (Tabela 15) novamente reforça o predomínio do Não. Com percentuais acima de 90% a favor do Não estão Rondônia (93%) e Rio Grande do Sul (92,8%).

A proibição do comércio de armas encontrou mais apoio em Pernambuco (18,4%), São Paulo (14,2%) e Espírito Santo (14,2%).

Tabela 15 – Q.13. Você é a favor da proibição do comércio de armas? – Por Estado

ESTADO	Não		Sim		Não sei		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	110	77,5%	20	14,1%	3	2,1%	9	6,3%	142	100%
MT	45	84,9%	4	7,5%	3	5,7%	1	1,9%	53	100%
PE	35	71,4%	9	18,4%	1	2,0%	4	8,2%	49	100%
RJ	45	86,5%	2	3,8%	1	1,9%	4	7,7%	52	100%
RO	66	93,0%	4	5,6%	1	1,4%			71	100%
RS	64	92,8%					5	7,2%	69	100%
SP	171	78,1%	31	14,2%	6	2,7%	11	5,0%	219	100%
TOTAL	536	81,8%	70	10,7%	15	2,3%	34	5,2%	655	100%

Na pergunta 14^a, sobre a proibição do comércio de munição para os atuais proprietários de armas. As respostas apresentaram a seguinte distribuição:

Tabela 16 – Q.14. Você é a favor da proibição do comércio de munição para os atuais proprietários de armas?

Respostas	Nº de respondentes	Percentagem
Não	562	85.8%
Não sei	11	1.7%
Sim	44	6.7%
Não responderam	38	5.8%
Total	655	100%

Esse aspecto foi um dos mais polêmicos nas discussões sobre o referendo, uma vez que a população em geral, sobretudo os proprietários de armas legais, não viam sentido em se proibir a venda de munição mesmo para aqueles que já possuíam armas legais, ou seja, parafraseando uma das justificativas de um dos respondentes, “de que adianta ter carro e não

poder comprar gasolina”. Dessa forma, entende-se que o percentual pelo Não à proibição ao comércio de munição, 85,8%, seja superior ao Não à proibição ao comércio de armas 81,8%.

A análise por estado das respostas da questão 14 (Tabela 17) mantém a coerência com as duas anteriores e, portanto, mostra o predomínio do Não. Com percentuais acima de 90% a favor do Não estão Mato Grosso (96,2%), Rondônia (91,5%), Rio Grande do Sul (91,3%) e Rio de Janeiro (90,4%).

A proibição do comércio de munição para os atuais proprietários encontrou mais apoio em Pernambuco (18,4%), Espírito Santo (9,2%) e São Paulo (8,2%).

Tabela 17 – Q.14. Você é a favor da proibição do comércio de munição para os atuais proprietários de armas? – Por Estado

ESTADO	Não		Sim		Não sei		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	117	82,4%	13	9,2%	4	2,8%	8	5,6%	142	100%
MT	51	96,2%			1	1,9%	1	1,9%	53	100%
PE	35	71,4%	9	18,4%	1	2,0%	4	8,2%	49	100%
RJ	47	90,4%	1	1,9%			4	7,7%	52	100%
RO	65	91,5%	3	4,2%			3	4,2%	71	100%
RS	63	91,3%					6	8,7%	69	100%
SP	184	84,0%	18	8,2%	5	2,3%	12	5,5%	219	100%
TOTAL	562	85,8%	44	6,7%	11	1,7%	38	5,8%	655	100%

Na pergunta 12ª, sobre ser favorável à proibição do porte de armas. As respostas apresentaram a seguinte distribuição:

Tabela 18 – Q.12. Você é a favor da proibição do porte de armas?

Resposta	Nº de respondentes	Porcentagem
Não	551	84.1%
Não sei	11	1.7%
Sim	85	13.0%
Não responderam	8	1.2%
TOTAL	655	100%

Surpreende que a percentagem dos que responderam **Não** nesta pergunta, 84,1%, tenha sido maior do que o **Não** da 13ª, analisada aqui propositadamente antes desta. Principalmente levando-se em consideração que o “porte de armas” foi praticamente proibido, para civis, desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, Lei Nº 10.826, aprovada em 22 de dezembro de 2003.

Analisando-se o perfil das justificativas dos que a fizeram, percebe-se que uma proporção dos respondentes se confundiram entre o significado do “porte de armas” e o de “propriedade da arma”, ou seja responderam **Não** a esta pergunta, mas justificaram como se fosse sobre a

proibição da posse de armas e não do porte. Inicialmente não acreditávamos que pudesse acontecer, uma vez que a pesquisa foi endereçada a proprietários de armas, que supúnhamos conhecessem bem a legislação e a diferença entre os significados.

Já a parcela que justificou sua resposta pelo sim, 13%, o fizeram com maior precisão na diferenciação entre os dois significados, posse de armas e porte de armas.

A análise por estado das respostas da questão 12 (Tabela 19) reforça o predomínio do Não. Com percentuais acima de 90% a favor do Não estão Rio Grande do Sul (95,7%), Mato Grosso (92,5%) e Rondônia (91,5%).

A proibição do porte de armas encontrou mais apoio em São Paulo (18,7%), Pernambuco (18,4%) e Espírito Santo (14,1%).

Tabela 19 – Q.12. Você é a favor da proibição do porte de armas? – Por Estado

ESTADO	Não		Sim		Não sei		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	111	78,2%	20	14,1%	5	3,5%	6	4,2%	142	100%
MT	49	92,5%	3	5,7%	1	1,9%			53	100%
PE	40	81,6%	9	18,4%					49	100%
RJ	46	88,5%	3	5,8%	1	1,9%	2	3,8%	52	100%
RO	65	91,5%	6	8,5%					71	100%
RS	66	95,7%	3	4,3%					69	100%
SP	174	79,5%	41	18,7%	4	1,8%			219	100%
TOTAL	551	84,1%	85	13,0%	11	1,7%	8	1,2%	655	100%

Na **questão 15^a**, referente a opinião do respondente sobre a campanha do desarmamento (entrega voluntária das armas) e sobre se a campanha auxilia no combate à violência. Do total dos que opinaram, 142 (24.15%), manifestaram uma opinião favorável ou neutra, contudo, 446 (75.85%) responderam negativamente.

Ou seja, mais de $\frac{3}{4}$ dos respondentes não acreditam que a campanha de desarmamento tenha um significativo impacto no controle da criminalidade e da violência. Na maior parte das respostas usaram o argumentos de que “só o cidadão de bem é que entrega arma” e que “a campanha não vai desarmar os bandidos”. Muitos inclusive argumentaram o contrário, que a campanha incentivaria a ação dos criminosos. Alguns, comentaram tratar-se de um engodo político para encobrir as mazelas sócias e políticas do país, fazendo alguma vinculação entre o a campanha e o governo Lula. Os detalhes das justificativas podem ser vistos no anexo.

Considerando-se o aspecto sócio-econômico dos respondentes, percebe-se não haver, neste bloco de perguntas, nenhuma correlação entre a escolha pelo **Sim** ou pelo **Não**, e as categorias profissionais e de renda dos mesmos. Ou seja, há uma boa distribuição de respostas Sim e Não em todas as categorias profissionais e de renda. O mesmo pode ser inferido com relação à idade dos proprietários.

3 - Sobre o lugar onde o proprietário vive

A pergunta 16^a, sobre como o respondente avalia sua própria cidade, teve a seguinte distribuição:

Tabela 20 – Q.16. Como você avalia sua cidade?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Muito violenta	170	26.0%
Mais ou menos violenta	238	36.3%
Pouco violenta	148	22.6%
Não é violenta	93	14.2%
Não responderam	6	0.9%
TOTAL	655	100%

A pergunta 17^a, sobre como o respondente avalia a vizinhança de sua residência, teve a seguinte distribuição:

Tabela 21 – Q.17. Como você avalia a vizinhança de sua residência?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Muito violenta	30	4.6%
Mais ou menos violenta	99	15.1%
Pouco violenta	164	25.0%
Não é violenta	335	51.1%
Não responderam	27	4.1%
TOTAL	655	100%

A pergunta 18^a, sobre como o respondente avalia a(s) área(s) onde circula, teve a seguinte distribuição:

Tabela 22 – Q.18. Como você avalia a(s) área(s) onde circula?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Muito violenta	89	13.6%
Mais ou menos violenta	217	33.1%
Pouco violenta	167	25.5%
Não é violenta	147	22.4%
Não responderam	35	5.3%
TOTAL	655	100%

Se considerarmos o tradicional argumento de que as pessoas se armam em razão da percepção subjetiva da violência no local onde moram ou transitam, percebemos uma inconsistência deste argumento com os dados, por que pelo argumento uma grande maioria deveria responder que tanto a cidade, a vizinhança e ou local por onde circula, seriam bastante violentos, ou ao menos um desses locais.

Contudo, a opção “muito violenta” só apresenta uma expressiva proporção de respostas na pergunta 16^a (26%), nas outras duas é de 4,6% e 13,6% respectivamente, o que não sustenta o argumento.

Fica mais provável o argumento de que as pessoas se armam em função da percepção de que há uma “média” ou “pouca” probabilidade de serem vítimas da violência. Essa “média” ou “pouca” probabilidade guarda o mesmo grau de subjetividade com que os respondentes percebem a violência.

Pode-se também considerar quem muitos respondentes se armaram porque acreditam que o menor risco ou probabilidade de serem vítimas de violência é suficiente para fazê-lo e/ou simplesmente por terem apresso por armas de fogo. Essa última consideração é apoiada por inúmeras justificativas presentes nas perguntas 33^a, 34^a e 35^a que se encaixam no seguinte contexto: “nunca se sabe quando, de onde e por quem virá a violência” e “tenho arma porque gosto”. As percentagens dos que responderam “não é violenta” para a vizinhança (51,1%) ou para a área por onde circulam (22,4%) sustentam esta consideração.

A pergunta 19^a, sobre se o respondente ou algum outro residente de sua casa foi vítima de criminalidade nos últimos 12 meses, apresentou a seguinte distribuição:

Tabela 23 – Q.19. Você ou algum outro residente de sua casa foi vítima de criminalidade nos últimos 12 meses?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Não	365	55.7%
Sim, roubo/furto ou outro sem violência	93	14.2%
Sim, assalto ou outro com violência	170	26.0%
Sim, outro tipo de crime:	18	2.7%
Não responderam	9	1.4%
TOTAL	655	100%

O dados demonstram que, felizmente, mais da metade dos proprietários de armas não sofreram nenhum tipo de violência no espaço de um ano, o que pode significar que a violência não seja tão freqüente como subjetivamente se imagina dado a ascendência que este assunto tem na mídia e no imaginário das pessoas. Analisando por outro ângulo, 42.9% (14.2%+26%+2.7%) afirmaram terem sido vítimas de algum tipo de crime, sendo que destes 26% com violência, o que em tese justifica a preocupação dos proprietários em continuarem armados.

4 – Sobre a(s) sua(s) arma(s)

A Tabela 24 mostra que a maioria dos respondentes possui uma única arma (51,8%) e, em seguida, estão aqueles que possuem duas armas, totalizando 20,6%. Cabe destacar que 40 respondentes (6,1%) já não possuem armas, mas seus nomes ainda constam no SINARM.

Os colecionadores, ou seja, aqueles que possuem 7 ou mais armas, correspondem a 3,5% dos proprietários.

Tabela 24 – Q.20 Quantas armas você possui?

Armas	#	%
0	40	6,1%
1	339	51,8%
2	135	20,6%
3	62	9,5%
4	28	4,3%
5	12	1,8%
6	7	1,1%
7	23	3,5%
NR	9	1,4%
TOTAL	655	100%

A distribuição dos proprietários de acordo com o número de armas e o Estado de residência pode ser consultada na Tabela 25. O número de proprietários de uma única arma é o dado que se sobressai para a maioria das unidades da federação participantes da pesquisa. Destaca-se o Estado de Rondônia, no qual 77,5% dos que responderam à pesquisa afirmaram possuir apenas uma arma, seguido de Mato Grosso, com 60,4%, e Espírito Santo, com 54,2%.

São Paulo e Rio de Janeiro são os únicos Estados nos quais o percentual de proprietários de uma única arma é inferior a 50%, sendo de, respectivamente, 47,5% e 21,2%. No Rio de Janeiro, este valor representa menos da metade da média geral (51,8%).

Ainda no caso do Rio de Janeiro, a porcentagem de proprietários com 2 armas (23,1%) é ligeiramente superior àqueles que possuem uma única arma (21,2%), seguido de perto por aqueles que possuem 7 ou mais armas (19,2%). Este último valor é muito superior à média, de 3,5%.

Observa-se que, em Pernambuco, 18,4% dos respondentes já não possuem armas, o triplo do valor médio dos Estados participantes da pesquisa (6,1%). Em São Paulo e Rondônia os valores também são superiores à media, de 9,1% e 7%, respectivamente.

Tabela 25 – 20.a Distribuição dos proprietários de acordo com o número de armas e o Estado de residência

ESTADO	0		1		2		3		4		5		6		7		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	3	2,1%	77	54,2%	31	21,8%	16	11,3%	8	5,6%	2	1,4%	1	0,7%	3	2,1%	1	0,7%	142	100%
MT	9	18,4%	32	60,4%	13	24,5%	5	9,4%	2	3,8%							1	1,9%	53	100%
PE	2	3,8%	25	51,0%	8	16,3%	6	12,2%					1	2,0%					49	100%
RJ	5	7,0%	11	21,2%	12	23,1%	5	9,6%	5	9,6%	4	7,7%	1	1,9%	10	19,2%	2	3,8%	52	100%
RO	1	1,4%	55	77,5%	9	12,7%	1	1,4%	1	1,4%									71	100%
RS	20	9,1%	104	47,5%	43	19,6%	24	11,0%	9	4,1%	1	1,4%	1	1,4%	3	4,3%	1	1,4%	69	100%
SP	40	6,1%	339	51,8%	135	20,6%	62	9,5%	28	4,3%	12	1,8%	7	1,1%	23	3,5%	9	1,4%	655	100%

A Tabela 26 mostra o número de armas adquiridas em cada período. O número de armas compradas na década de 1970 é praticamente o dobro daquelas adquiridas na década anterior. No quinquênio 1986-1990 o número de aquisições (142 armas) foi 42% superior ao valor dos 10 anos anteriores (100 armas). O número de armas adquiridas nos períodos 1991-1995 e 1996-2000 foi praticamente o mesmo (135 e 134 armas, respectivamente) e mostrou uma queda em relação ao período 1986-1990. Por outro lado, no período 2001-2005 houve um aumento de 123,4% na aquisição de armas se comparado com o período imediatamente anterior. Fica claro também que, dentre os respondentes, a maioria adquiriu armas no período 2001-2005, correspondendo a 298 pessoas ou 27,3%.

Estes números apontam para um crescimento contínuo na aquisição de armas ao longo dos anos, com uma estabilização nos períodos 1991-1995 e 1996-2000. O aumento brusco no período seguinte (2001-2005) parece indicar para uma eventual influência do Estatuto do Desarmamento e do referendo, além do próprio aumento da criminalidade no período.

Tabela 26 – Q.21 Ano (aproximado) em que você comprou sua(s) arma(s)

Período	Intervalo (anos)	#	%
1900-1920	20	3	0,3%
1921-1940	20	9	0,8%
1941-1960	20	30	2,7%
1961-1970	10	51	4,7%
1971-1980	10	100	9,2%
1981-1985	10	100	9,2%
1986-1990	5	142	13,0%
1991-1995	5	135	12,4%
1996-2000	5	134	12,3%
2001-2005	5	298	27,3%
NR		89	8,2%
TOTAL		1.091	100%

A Tabela 27 indica que uma parcela significativa dos respondentes (78,6%) comprou sua arma principal em uma loja. Entre os que marcaram a opção “Outra”, a maioria obteve a arma em função de suas atividades em alguma corporação policial, enquanto os demais adquiriram diretamente do fabricante.

Dentre aqueles que receberam por presente/herança, apenas 2 se desfizeram das armas. E, para outros 24 proprietários constitui-se na sua única arma, enquanto outros 12 têm duas armas, 4 proprietários possuem três armas e um proprietário possui quatro armas.

Tabela 27 – Q.22 Qual a origem da sua arma principal?

Origem	#	%
Loja	515	78,6%
Outro proprietário	65	9,9%
Presente/herança	44	6,7%
Outra	18	2,7%
NR	13	2,0%
TOTAL		655 100%

Na questão sobre a frequência com que o proprietário porta a arma ao sair de casa – Tabela 28, a maioria respondeu (62,1%) que não a leva. Aqueles que levam todos os dias totalizam 13,7%. Se considerarmos todos aqueles que portam armas com alguma frequência, o total sobe para 35,2%, ou 231 proprietários.

Tabela 28 – Q.24 Com que frequência você leva sua arma ao sair de casa?

Frequência	#	%
Levo	231	35,3%
1 vez por semana	51	7,8%
1 vez por mês	57	8,7%
1 vez por ano	33	5,1%
Todos os dias	90	13,7%
Não levo	407	62,1%
NR	17	2,6%
TOTAL	655	100%

Ao analisarmos a questão 33, esta aponta que 198 respondentes possuem porte de armas. Ou seja, das 231 pessoas que afirmaram levar a arma ao sair de casa, algumas não têm o porte legal. Ao cruzarmos as informações das questões 24 e 33, obtemos a Tabela 29.

Tabela 29 – Relação entre porte de arma e frequência com que leva a arma ao sair de casa

Frequência	Possui porte de arma?											
	Não		Não (solicitei)*		Não (solicitando)**		Sim		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1 vez por sem.	18	5,3%	3	9,1%	8	15,4%	18	9,2%	4	19,0%	51	8,0%
1 vez por mês	27	8,0%	3	9,1%	5	9,6%	19	9,7%	3	14,3%	57	8,9%
1 vez por ano	16	4,7%		0,0%	6	11,5%	9	4,6%	2	9,5%	33	5,2%
Todos os dias	9	2,7%	8	24,2%	6	11,5%	66	33,8%	1	4,8%	90	14,1%
Não levo	267	79,2%	19	57,6%	27	51,9%	83	42,6%	11	52,4%	407	63,8%
TOTAL	337	100%	33	100%	52	100%	195	100%	21	100%	638	100%

* Corresponde à resposta na opção “Não. Solicitei, mas não obtive o porte”.

* Corresponde à resposta na opção “Não, mas estou solicitando”.

Como 17 proprietários de armas não responderam à Questão 24, o número total de questionários analisados na Tabela 29 é de 638.

Verificamos que 422 proprietários de armas não possuem porte, correspondendo à soma das categorias “Não”, “Não (solicitei)” e “Não (solicitando)”. Destes, 109 respondentes levam a arma quando saem de casa, o que corresponde a 17% das 638 respostas válidas ou 25,8% daqueles 422 que não possuem porte. A distribuição estadual desses 422 respondentes pode ser verificada na Tabela 30.

Tabela 30 – Proprietários que NÃO possuem porte e frequência com que levam a arma para fora de casa – por Estado

Estado	Não levo		Levo com alguma frequência								TOTAL			
			1 vez por sem.		1 vez por mês		1 vez por ano		todos os dias				Subtotal levo com alguma freq.	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	53	73,6%	6	8,3%	6	8,3%	2	2,8%	5	6,9%	19	26,4%	72	100%
MT	21	63,6%	1	3,0%	8	24,2%	2	6,1%	1	3,0%	12	36,4%	33	100%
PE	28	96,6%							1	3,4%	1	3,4%	29	100%
RJ	26	70,3%	3	8,1%	5	13,5%	1	2,7%	2	5,4%	11	29,7%	37	100%
RO	25	59,5%	4	9,5%	7	16,7%	6	14,3%			17	40,5%	42	100%
RS	32	68,1%	3	6,4%	6	12,8%	4	8,5%	2	4,3%	15	31,9%	47	100%
SP	128	79,0%	12	7,4%	3	1,9%	7	4,3%	12	7,4%	34	21,0%	162	100%
TOTAL	313	74,2%	29	6,9%	35	8,3%	22	5,2%	23	5,5%	109	25,8%	422	100%

Em todos os Estados, a maioria dos respondentes que não possui o porte cumpre a lei e não porta a arma quando sai de casa. Destaca-se o caso de Pernambuco, onde 96,6% dos proprietários estão nesta situação, seguido por São Paulo, com 79%, e, em seguida, por Espírito Santo, com 73,6%.

Em Rondônia, 40,5% das respostas indicavam que os proprietários portam a arma ao sair de casa, mesmo não estando legalmente habilitados. Este Estado foi o único em que ninguém manifestou portar a arma todos os dias. Mato Grosso vem em seguida, com 36,4% de pessoas que portam a arma de forma ilegal. Na terceira posição está o Rio Grande do Sul, com 31,8% das respostas. O Rio de Janeiro também apresenta um percentual acima da média geral (25,8%), com 29,7% de proprietários que levam, de forma irregular, a arma para fora de casa.

Como já mencionado, o baixo número de respostas em alguns Estados não permite generalizar as afirmações. Mas, numa análise geral entre os estados participantes da pesquisa, 74,2% dos respondentes que não possuem o porte não levam a arma ao sair de casa, enquanto que 25,8% levam a arma. São indícios que podem ser testados em pesquisas mais aprofundadas.

A Tabela 29 (– Relação entre porte de arma e frequência com que leva a arma ao sair de **casa**) ainda nos mostra que, dentre aqueles que possuem porte (195), 42,6% não levam a arma ao sair de casa (ou 83 proprietários), enquanto outros 33,8% carregam todos os dias (ou 66 proprietários). Outros 3 proprietários não responderam à questão sobre a frequência com que transporta a arma para fora de casa. A distribuição estadual desses 195 que possuem o porte legal de arma pode ser verificada na Tabela 31.

Tabela 31 – Proprietários que possuem porte e frequência com que levam a arma para fora de casa – por Estado

Estado	Não levo		Levo com alguma frequência								TOTAL			
			1 vez por sem.		1 vez por mês		1 vez por ano		Todos os dias				Subtotal levo com alguma freq.	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
ES	22	38,6%	5	8,8%	8	14,0%			22	38,6%	35	61,4%	57	100%
MT	5	25,0%	3	15,0%	3	15,0%	2	10,0%	7	35,0%	15	75,0%	20	100%
PE	13	72,2%	1	5,6%	1	5,6%			3	16,7%	5	27,8%	18	100%
RJ	8	61,5%	1	7,7%			1	7,7%	3	23,1%	5	38,5%	13	100%
RO	8	36,4%	3	13,6%	4	18,2%	3	13,6%	4	18,2%	14	63,6%	22	100%
RS	6	35,3%	2	11,8%	1	5,9%	2	11,8%	6	35,3%	11	64,7%	17	100%
SP	21	43,8%	3	6,3%	2	4,2%	1	2,1%	21	43,8%	27	56,3%	48	100%
TOTAL	83	42,6%	18	9,2%	19	9,7%	9	4,6%	66	33,8%	112	57,4%	195	100%

Mesmo possuindo o porte legal, 42,6% dos respondentes não levam a arma quando saem de casa. O maior percentual é o de Pernambuco, com 72,2%, seguido do Rio de Janeiro, com 61,5%. Nos demais Estados, a maioria leva a arma ao sair de casa.

E, entre aqueles que possuem o porte, 57,4% utilizam-se desse direito com alguma frequência. Destaca-se o Mato Grosso, com 75% dos proprietários afirmando que, em alguma medida, portam a arma ao sair de casa. Estão próximos os Estados do Rio Grande do Sul, com 64,7%, Rondônia, com 63,6%, e Espírito Santo, com 61,4%.

São Paulo destaca-se por ser o Estado em que o maior número de donos de arma afirmou portá-la todos os dias: 43,8%. Em seguida estão Espírito Santo, com 38,6%, Rio Grande do Sul, com 35,3% e Mato Grosso, com 35%.

A Tabela 32 mostra a afiliação dos respondentes a alguma associação ou clube de tiro. A maioria (74%) não é filiada. Apenas 19,4% dos respondentes indicaram que fazem parte de alguma associação ou clube de tiro.

Tabela 32 – Q.25 Você é membro de alguma associação ou clube de tiro?

Resposta	#	%
Não	485	74,0%
Sim	127	19,4%
NR	43	6,6%
TOTAL	655	100%

Para aqueles que são filiados, foi questionado o tempo de associação, cujos resultados podem ser conferidos na Tabela 33. A maior frequência de filiação corresponde àqueles que se associaram de 1 a 3 anos atrás e que correspondem a 29,9%. Se somados àqueles filiados entre 4 e 6 anos atrás (15,7%), estes dois grupos totalizam 45,6%. Este dado pode ser um reflexo das novas exigências do Estatuto do Desarmamento.

Tabela 33 – Há quantos anos é membro de alguma associação ou clube de tiro?

Há quantos anos?	#	%
< 1	4	3,1%
1-3	38	29,9%
4-6	20	15,7%
7-10	25	19,7%
11-20	19	15,0%
> 20	15	11,8%
NR	6	4,7%
TOTAL	127	100%

Para os filiados a algum clube de tiro, ainda foi questionado a razão de sua associação, cujos resultados estão na Tabela 34. Como era possível assinalar mais de uma opção, o número total de respostas (219) é maior que o número total de afiliados (127). Observa-se que as principais razões são a prática do tiro ao alvo (39,3%) e o treinamento (34,7%), seguido por tiro competitivo (18,3%). Entre algumas das razões da opção “outros” estão a prática, o aprendizado de técnicas e manuseio de armas etc.

Tabela 34 – Q.26 Por que razão você se associou?

Razão	#	%
Tiro ao alvo	86	39,3%
Treinamento	76	34,7%
Tiro competitivo	40	18,3%
Outro	17	7,8%
NR	0	0,0%
TOTAL	219	100%

As respostas também indicaram que os proprietários não costumam comercializar ou trocar suas armas, percentual que chega a 92,7%. Apenas 1,5% indicaram que realizaram este tipo de atividade. Os resultados estão na Tabela 35.

Tabela 35 – Q.27 Você costuma trocar/comercializar sua(s) arma(s)?

Troca	#	%
Não	607	92,7%
Sim	10	1,5%
NR	38	5,8%
TOTAL	655	100%

A Tabela 36 lista os tipos de armas que os respondentes possuem. O principal tipo é o revólver (37,2%), seguido da pistola (25,3%) e da espingarda (16,3%). A predominância de armas de cano

curto, que somam 62,4%, em relação às de cano longo (36,7%) são indícios que apontam para uma preocupação geral com a questão da violência urbana.

Tabela 36 – Q.28 Que tipos de arma você possui?

Tipo	#	%
Cano curto	603	62,4%
Revólver	359	37,2%
Pistola	244	25,3%
Cano longo	355	36,7%
Espingarda	157	16,3%
Rifle	102	10,6%
Cartucheira	96	9,9%
Outras	8	0,8%
NR	0	0,0%
TOTAL	966	100%

A distribuição estadual destas armas pode ser verificada na Tabela 37, que aponta para algumas possíveis diferenças regionais.

Apesar de o revólver ser a principal arma na análise geral, este fato não se verifica em Rondônia e Mato Grosso, onde representam 12% e 19,7% respectivamente. Em Rondônia, as principais armas são a cartucheira e o rifle, ambas com 24%, seguida pela espingarda, com 22,7%. Todos esses percentuais estão acima da média nacional e, juntas totalizam 70,7%. E, como se tratam de armas de cano longo, pode ser um indício de que a principal finalidade desses instrumentos são para caça e proteção de áreas rurais ou embrenhadas na floresta amazônica. O percentual de pistolas no Estado é de 17,3% e o de revólveres 12%, ambas abaixo da média dos estados participantes da pesquisa.

Em Mato Grosso, o principal tipo de arma é a pistola, com 29,6%. Com percentuais semelhantes foram citados o revólver (19,7%), a cartucheira (19,7%) e a espingarda (18,3%). Há certo equilíbrio entre as armas de cano curto (49,3%) e as de cano longo (50,7%).

Em Pernambuco, as respostas recebidas apontaram para a predominância do revólver (56,1%), num valor superior à média geral (37,2%). Somados à pistola (17,5%) totalizam 73,6%, enquanto que as armas de cano longo representam 24,5%. Considerando que as armas de cano curto estão mais presentes em centros urbanos, os dados apontam para uma preocupação dos pernambucanos com a questão da segurança e a violência na cidade.

Espírito Santo e São Paulo seguem o padrão de Pernambuco, com uma predominância das armas de cano curto, embora com percentuais menores. No Espírito Santo, revólveres e pistolas totalizam 64,6% e as de cano longo correspondem a 33,5%. Já em São Paulo, estes percentuais são de 69,8% e 29,6% respectivamente. Novamente os dados parecem refletir a preocupação dos respondentes com a questão da violência urbana.

No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul os percentuais são similares e também apresentam uma predominância de armas de cano curto. No Rio de Janeiro, estas armas somam 62,9% e, no Rio Grande do Sul, 60,9%. O percentual de armas de cano longo é de 37,1% e 38,2% respectivamente.

Tabela 37 – Tipos de armas por Estado

ESTADO	cano curto				cano longo				Subtotal		Outras	TOTAL						
	Revólver		Pistola		Espingarda		Rifle		Cartucheira			Subtotal cano longo	#	%				
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%								
ES	88	41,5%	49	23,1%	137	64,6%	29	13,7%	26	12,3%	16	7,5%	71	33,5%	4	1,9%	212	100%
MT	14	19,7%	21	29,6%	35	49,3%	13	18,3%	9	12,7%	14	19,7%	36	50,7%			71	100%
PE	32	56,1%	10	17,5%	42	73,7%	8	14,0%	6	10,5%			14	24,6%	1	1,8%	57	100%
RJ	42	36,2%	31	26,7%	73	62,9%	24	20,7%	11	9,5%	8	6,9%	43	37,1%			116	100%
RO	9	12,0%	13	17,3%	22	29,3%	17	22,7%	18	24,0%	18	24,0%	53	70,7%			75	100%
RS	42	38,2%	25	22,7%	67	60,9%	29	26,4%	9	8,2%	4	3,6%	42	38,2%	1	0,9%	110	100%
SP	132	40,6%	95	29,2%	227	69,8%	37	11,4%	23	7,1%	36	11,1%	96	29,5%	2	0,6%	325	100%
TOTAL	359	37,2%	244	25,3%	603	62,4%	157	16,3%	102	10,6%	96	9,9%	355	36,7%	8	0,8%	966	100%

A Tabela 46 sistematiza os resultados da questão sobre a prática do tiro entre os respondentes. Verifica-se que a proporção dos que não praticam aparece em primeiro lugar, com 29,2% das respostas. O percentual daqueles que praticam uma vez por mês, 27,9%, é próxima daqueles que praticam uma vez por ano, 27,2%. Poucos são os que praticam uma vez por semana, 8,9%. Ainda mais raros são os que exercitam o tiro todos os dias, correspondendo a 0,3% das respostas.

Tabela 38 – Q.29 Com que frequência você pratica o tiro?

Frequência	#	%
Não pratico	191	29,2%
1 vez por mês	183	27,9%
1 vez por ano	178	27,2%
1 vez por semana	58	8,9%
Todos os dias	2	0,3%
NR	43	6,6%
TOTAL	655	100%

5 – Sobre o uso de sua(s) arma(s)

A questão 30 solicitou aos participantes que enumerassem, em ordem de preferência, as principais finalidades de se possuir uma arma. Os dados obtidos foram agrupados na Tabela 39.

O total da coluna “1º lugar” mostra que 714 proprietários de armas escolheram algumas das opções apresentadas como sendo sua principal finalidade de se possuir uma arma. Este número é superior ao total de respostas válidas (655) pois alguns assinalaram mais de uma opção como sendo a principal finalidade.

A análise da coluna “1º lugar” indica que 55,2% dos respondentes (ou 394 proprietários de armas) consideraram que a *segurança pessoal* é a principal finalidade de se possuir uma arma. Para outros 17,8% (127 proprietários), a *segurança profissional* é a principal finalidade. O *tiro ao alvo (hobby)* ou *tiro competitivo* é a principal finalidade para 10,4% dos respondentes (74 proprietários), ficando acima daqueles que assinalaram a *caça* (9,8% ou 70 respondentes). Para 2,5% dos respondentes (18 proprietários), a *coleção de armas* é a principal finalidade.

A coluna “2º lugar” mostra que 291 proprietários de armas escolheram uma das opções como a segunda finalidade mais importante de se possuir uma arma. A diferença em relação ao total de respostas obtidas para o “1º lugar” (423 respostas a menos ou 59%) indica claramente que, para os proprietários de armas, a questão da *segurança pessoal* é a principal finalidade de se possuir uma arma.

O detalhamento da coluna “2º lugar” aponta que 127 respondentes (43,6%) escolheram a opção *segurança profissional* como a segunda finalidade mais importante de se possuir uma arma. Para outros 83 proprietários (28,5%) a *segurança pessoal* é a segunda opção, e para 41 donos de arma o *hobby* ou *tiro competitivo* é a segunda finalidade mais importante de se possuir uma arma. A *caça* é a segunda finalidade mais importante para 17 respondentes (5,8%), número próximo daqueles que marcaram a alternativa *caça* (16 respostas ou 5,5%).

Um número ainda menor de respondentes assinalou alguma das alternativas como a terceira finalidade mais importante de se possuir uma arma de fogo (coluna “3º lugar”). Das 198 respostas, a principal opção marcada foi o *hobby* ou *tiro competitivo*, com 43,9%. Em seguida aparece a opção *coleção*, com 14,1%.

Para os 134 proprietários que marcaram alguma opção como a 4ª finalidade mais importante de se possuir uma arma (coluna “4º lugar”), a principal alternativa foi a *coleção*, com 51,5% das indicações.

A coluna “Em branco” representa, para cada uma das opções possíveis (listadas na coluna “Tipo”), o número de questionários com respostas em branco. Por exemplo, 126 respondentes deixaram a opção *segurança pessoal* em branco.

Tabela 39 – Q.30 Numere, de acordo com sua ordem de preferência (sendo 1 = mais importante), as principais finalidades de você possuir uma arma

Tipo	1º lugar		2º lugar		3º lugar		4º lugar		5º lugar		6º lugar		Em branco		NR		Total #
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Segurança pessoal	394	55,2%	83	28,5%	19	9,6%	5	3,7%	1	0,9%	0	0,0%	126	5,5%	27	16,3%	655
Segurança profissional	127	17,8%	127	43,6%	29	14,6%	17	12,7%	9	8,0%	0	0,0%	319	13,9%	27	16,3%	655
Hobby, tiro competitivo	74	10,4%	41	14,1%	87	43,9%	22	16,4%	16	14,3%	1	8,3%	386	16,8%	28	16,9%	655
Caça	70	9,8%	17	5,8%	25	12,6%	21	15,7%	57	50,9%	4	33,3%	434	18,8%	27	16,3%	655
Coleção	18	2,5%	16	5,5%	28	14,1%	69	51,5%	26	23,2%	2	16,7%	468	20,3%	28	16,9%	655
Outra	31	4,3%	7	2,4%	10	5,1%	0	0,0%	3	2,7%	5	41,7%	570	24,8%	29	17,5%	655
TOTAL	714	100%	291	100%	198	100%	134	100%	112	100%	12	100%	2.303	100%	166	100%	3.930

Tabela 40 – Complementação da Tabela 39

Tipo	1º lugar		2º lugar		3º lugar		4º lugar		5º lugar		6º lugar		Em branco		NR		Total %
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%		
Segurança pessoal	60,2%	12,7%	2,9%	0,8%	0,2%	0,0%	0,0%	19,2%	4,1%	100%							
Segurança profissional	19,4%	19,4%	4,4%	2,6%	1,4%	0,0%	48,7%	4,1%	100%								
Hobby, tiro competitivo	11,3%	6,3%	13,3%	3,4%	2,4%	0,2%	58,9%	4,3%	100%								
Caça	10,7%	2,6%	3,8%	3,2%	8,7%	0,6%	66,3%	4,1%	100%								
Coleção	2,7%	2,4%	4,3%	10,5%	4,0%	0,3%	71,5%	4,3%	100%								
Outra	4,7%	1,1%	1,5%	0,0%	0,5%	0,8%	87,0%	4,4%	100%								

A Tabela 40 mostra a relação entre o número absoluto apresentado em cada uma das colunas da Tabela 39 e o total de respostas válidas (655 respostas). Estes dados permitem complementar a análise anterior.

Entre as 655 respostas válidas, 60,2% assinalaram a opção *segurança pessoal* como a principal finalidade de se possuir uma arma. Outros 19,2% deixaram esta opção em branco.

Para o item *segurança profissional*, ocorreu um empate entre aqueles que a indicaram como a primeira e a segunda principal finalidade, com 19,4%. O número de questionários com esta opção em branco totalizou 48,7%.

A opção *tiro ao alvo (hobby)* ou *tiro competitivo* foi escolhida como a principal finalidade da posse de arma por 11,3% dos proprietários. E em 58,9% esta alternativa ficou em branco.

A alternativa *caça*, por sua vez, foi eleita como a primeira opção por 10,7% dos respondentes. Outros 66,3% não se manifestaram sobre esta possibilidade.

Finalmente, a opção *coleção* foi escolhida como primeira opção por 2,7% dos respondentes, enquanto que 71,% não assinalaram esta alternativa.

A questão 31 (Como você guarda sua arma?) tinha o intuito de averiguar as questões de segurança relativas à guarda da arma. A Tabela 41 apresenta as respostas obtidas. A maioria das pessoas afirmou que guarda a arma em local trancado (58,9%), que a arma fica descarregada (54,8%) e em local de difícil alcance (62,3%).

Tabela 41 – Q.31a Como você guarda a sua arma?

Em local...	#	%
Trancado	386	58,9%
Destrancado	177	27,0%
NR	92	14,0%
TOTAL	655	100%

Ela fica...	#	%
Carregada	232	35,4%
Descarregada	359	54,8%
NR	64	9,8%
TOTAL	655	100%

Local de...	#	%
Fácil alcance	172	26,3%
Difícil alcance	408	62,3%
NR	75	11,5%
TOTAL	655	100%

Os dados da Tabela 41 foram desmembrados para cada um dos Estados e os resultados podem ser acompanhados nas próximas 3 tabelas.

Em relação ao local em que arma fica guardada (local trancado x destrancado), a Tabela 42 indica que a maioria dos Estados apresenta uma distribuição próxima à média geral, mas algumas diferenças podem ser percebidas.

No Rio Grande do Sul, 46,4% das pessoas afirmaram deixar a arma em local trancado, contrastando com a média de 58,9% obtida para os Estados participantes da pesquisa. Aqueles que deixam em local destrancado totalizam 40,6%, o maior valor dentre os Estados e também acima da média geral de 27%.

No Mato Grosso também se destaca o número de proprietários que deixam a arma em local destrancado, de 35,8%. Por outro lado, Pernambuco também se destaca, com 18,4% dos respondentes afirmando que deixam a arma em local destrancado, o menor valor dentre os Estados analisados.

Em São Paulo, o percentual de respondentes que deixa a arma em local trancado é a maior da lista, com 62,1%, praticamente empatado com Rondônia, que tem 62%.

**Tabela 42 – Q.31.a Como você guarda a sua arma? – Trancado x Destrancado
Por Estado**

ESTADO	Local trancado		Local destrancado		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	85	59,9%	38	26,8%	19	13,4%	142	100%
MT	28	52,8%	19	35,8%	6	11,3%	53	100%
PE	30	61,2%	9	18,4%	10	20,4%	49	100%
RJ	31	59,6%	11	21,2%	10	19,2%	52	100%
RO	44	62,0%	17	23,9%	10	14,1%	71	100%
RS	32	46,4%	28	40,6%	9	13,0%	69	100%
SP	136	62,1%	55	25,1%	28	12,8%	219	100%
TOTAL	386	58,9%	177	27,0%	92	14,0%	655	100%

Em relação ao fato de a arma ficar carregada ou descarregada (Tabela 43), o resultado de Rondônia surpreende, pois 70,4% dos proprietários afirmaram deixar sua arma descarregada, ante uma média de 54,8%. Aqueles que deixam a arma carregada correspondem a 19,7%, o menor valor entre os Estados e também abaixo da média de 35,4%.

O Rio de Janeiro apresenta uma tendência contrária à média. Enquanto 48,1% afirmaram deixar a arma carregada (média = 35,4%), representando o maior valor entre os Estados, outros 38,5% deixam a arma descarregada (média = 54,8%), desta vez o menor percentual

da lista. Estes valores provavelmente refletem a criminalidade e a violência que tanto marcam o Estado, particularmente sua capital.

Em Mato Grosso sobressai o dado sobre as armas que ficam descarregadas (64,2%), praticamente 10 pontos percentuais acima da média geral (54,8%). E, em Pernambuco, apesar de o número de armas descarregadas ficar próximo à média, o percentual daquelas que ficam carregadas é de 28,6%, quase 7 pontos percentuais abaixo da média.

Em relação aos que não responderam a esta questão, destacam-se o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso, Estados em que 2,9% e 3,8% dos respondentes, respectivamente, deixaram de assinalar uma das opções, quando a média geral foi de 9,8% de respostas em branco. Por outro lado, 18,4% dos questionários de Pernambuco estavam com esta questão em branco, quase 9 pontos percentuais acima da média.

**Tabela 43 – Q.31.b Como você guarda a sua arma?
Carregada x Descarregada – Por Estado**

ESTADO	A arma fica carregada		A arma fica descarregada		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	57	40,1%	71	50,0%	14	9,9%	142	100%
MT	17	32,1%	34	64,2%	2	3,8%	53	100%
PE	14	28,6%	26	53,1%	9	18,4%	49	100%
RJ	25	48,1%	20	38,5%	7	13,5%	52	100%
RO	14	19,7%	50	70,4%	7	9,9%	71	100%
RS	28	40,6%	39	56,5%	2	2,9%	69	100%
SP	77	35,2%	119	54,3%	23	10,5%	219	100%
TOTAL	232	35,4%	359	54,8%	64	9,8%	655	100%

Quanto à facilidade de se encontrar o local em que se guarda a arma (Tabela 44), algumas considerações também podem ser feitas. Iniciamos por Mato Grosso, onde 73,6% dos respondentes indicaram que guardam a arma em local de difícil alcance, o maior valor entre os Estados e 11,3 pontos percentuais acima da média de 62,3%. Aqueles que informaram deixar em local de fácil alcance são 20,8%, abaixo da média de 26,3%.

Em Pernambuco, o número de pessoas que guardam as armas em local de fácil alcance é de 16,3%, o menor valor da lista e 10 pontos abaixo da média. Por outro lado, aqueles que guardam em lugar de difícil alcance perfazem um número próximo da média, isto porque o número de não respondentes foi elevado.

No Rio Grande do Sul o percentual das pessoas que guardam em lugar de fácil alcance foi o maior dentre os participantes, com 40,6%, e 14,3 pontos percentuais acima da média. Por outro lado, a porcentagem dos que guardam em local de difícil alcance é de 49,3%, o menor valor da lista e 13 pontos percentuais abaixo da média.

**Tabela 44 – Q.31.c Como você guarda a sua arma?
Fácil alcance x Difícil alcance - Por Estado**

ESTADO	Fácil alcance		Difícil alcance		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	39	27,5%	90	63,4%	13	9,2%	142	100%
MT	11	20,8%	39	73,6%	3	5,7%	53	100%
PE	8	16,3%	32	65,3%	9	18,4%	49	100%
RJ	11	21,2%	31	59,6%	10	19,2%	52	100%
RO	15	21,1%	45	63,4%	11	15,5%	71	100%
RS	28	40,6%	34	49,3%	7	10,1%	69	100%
SP	60	27,4%	137	62,6%	22	10,0%	219	100%
TOTAL	172	26,3%	408	62,3%	75	11,5%	655	100%

Para uma análise geral, criamos o conceito de *máxima segurança*, quando a arma é descarregada e fica guardada em local trancado e de difícil alcance. Por outro lado, a condição de *mínima segurança* é aquela na qual a arma fica carregada e guardada em local destrancado e de fácil alcance. Analisando os questionários em relação ao total de respostas válidas, teríamos a distribuição apresentada na Tabela 45.

A média geral indica que 31% dos proprietários guardam a arma sob condições máximas de segurança, enquanto que 7,6% guardam em condições mínimas de segurança.

Rondônia apresenta 42,3% de respostas na condição de máxima segurança, o maior percentual entre os Estados participantes da pesquisa e 11,3 pontos percentuais acima da média. Por outro lado, neste mesmo quesito, o Rio Grande do Sul apresenta o menor índice, com 21,7%, seguido de perto pelo Rio de Janeiro, com 23,1%.

Na condição de mínima segurança, sobressai o dado do Rio Grande do Sul, com 11,6% dos proprietários nesta condição (4 pontos percentuais acima da média), seguido pelo Espírito Santo, com 10,6%, e o Rio de Janeiro, com 9,6%. No outro extremo estão Pernambuco, com 2% dos donos de arma na condição de mínima segurança, e São Paulo, com 5,5%.

Tabela 45 – Condição de segurança na guarda da arma – Máxima x Mínima

ESTADO	Máxima segurança		Mínima segurança		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%
ES	45	31,7%	15	10,6%	142	100%
MT	19	35,8%	4	7,5%	53	100%
PE	16	32,7%	1	2,0%	49	100%
RJ	12	23,1%	5	9,6%	52	100%
RO	30	42,3%	5	7,0%	71	100%
RS	15	21,7%	8	11,6%	69	100%
SP	66	30,1%	12	5,5%	219	100%
TOTAL	203	31,0%	50	7,6%	655	100%

A questão 32 questionou os participantes da pesquisa sobre a utilização da arma em situação de perigo real, cujas respostas estão na Tabela 46. A maioria absoluta (65,8%) afirmou não ter utilizado, enquanto 30,7% já utilizaram a arma. Destes, a maioria (112 proprietários ou 55,7%) já disparou, enquanto que outros 89 (44,3%) apenas mostraram a arma. A distribuição desses dados por Estado pode ser conferida na Tabela 47.

Tabela 46 – Q.32 Você já usou sua arma em situação de perigo real?

Usou?	#	%
Não	431	65,8%
Sim	201	30,7%
já disparei apenas mostrei	112	17,1%
NR	89	13,6%
NR	23	3,5%
TOTAL	655	100%

A Tabela 47 indica que em Mato Grosso o número de respondentes que não usaram a arma em situação de perigo é de 79,2%, a maior dentre os Estados participantes e 13,4 pontos percentuais acima da média. Neste mesmo Estado, aqueles que já usaram a arma correspondem a 17%, quase a metade da média geral.

Estas proporções são muito próximas às obtidas para Rondônia, onde o percentual dos que não usaram arma é de 78,9% e dos que já usaram é de 16,9%, o menor valor da lista.

No Rio de Janeiro encontramos uma situação peculiar. O percentual daqueles que não utilizaram arma em situação de perigo é a menor dentre os Estados, com 38,5% (27,3 pontos percentuais abaixo da média). É o único resultado abaixo de 50%. E, entre aqueles que já utilizaram a arma, o valor chega a 57,7%, o maior da lista (27 pontos percentuais acima da média). É o único resultado acima de 50%. Ao analisarmos as duas situações possíveis para a opção “Sim”, constatamos que 34,6% dos proprietários respondentes já dispararam a arma, novamente o maior percentual deste grupo e o dobro da média geral. Aqueles que só mostraram também representa o maior valor, com 23,1% e quase o dobro da média. Estes dados provavelmente refletem, novamente, a situação de violência e criminalidade do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos com mais atenção a categoria dos que já dispararam, notamos que, além do Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul também apresenta um percentual acima da média, com 21,7%, seguido de São Paulo, com 18,7%. E, na coluna dos que só mostraram a arma em uma situação de perigo, São Paulo aparece em segundo lugar, com 16% dos respondentes do Estado nesta condição, seguido do Espírito Santo, com 13,4%.

Tabela 47 – Q.32 Você já usou sua arma em situação de perigo real? Por Estado

ESTADO	Não		Sim						NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	98	69,0%	21	14,8%	19	13,4%	40	28,2%	4	2,8%	142	100%
MT	42	79,2%	5	9,4%	4	7,5%	9	17,0%	2	3,8%	53	100%
PE	37	75,5%	5	10,2%	6	12,2%	11	22,4%	1	2,0%	49	100%
RJ	20	38,5%	18	34,6%	12	23,1%	30	57,7%	2	3,8%	52	100%
RO	56	78,9%	7	9,9%	5	7,0%	12	16,9%	3	4,2%	71	100%
RS	45	65,2%	15	21,7%	8	11,6%	23	33,3%	1	1,4%	69	100%
SP	133	60,7%	41	18,7%	35	16,0%	76	34,7%	10	4,6%	219	100%
TOTAL	431	65,8%	112	17,1%	89	13,6%	201	30,7%	23	3,5%	655	100%

6 – Sua opinião sobre assuntos ligados à violência

A pergunta 33^a, sobre se o proprietário possui porte de arma, apresentou a seguinte distribuição.

Tabela 48 – Q.33. Você possui porte de arma?

Porte	Nº de respondentes	Porcentagem
Não	342	52,2%
Não. Solicitei, mas não obtive o porte	34	5,2%
Não, mas estou solicitando	55	8,4%
Sim	198	30,2%
Não responderam	26	4,0%
Total	655	100%

As respostas apontam para um dado que parece ser irreal, 30,2% dos respondentes afirmaram possuir porte de armas. Contudo sabe-se, em geral, do esforço das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, através dos controles das respectivas polícias civis para diminuir o número de porte de armas expedidos ou renovados desde a criação do Sinarm em 1997. Bem como a Polícia Federal deu início a uma redução drástica no número de porte de arma federais expedidos e renovados.

Essa dinâmica de contenção ampliou-se com a aprovação do Estatuto do Desarmamento, quando toda a expedição e renovação de porte de armas passou a ser da alçada da Polícia Federal, mesmo sendo previsto no texto do Estatuto a possibilidade dos estados fazerem convênios com a Polícia Federal para também expedirem porte de armas, o que não aconteceu devido a uma orientação estratégica de centralizar as expedições e renovações na própria Polícia Federal para assegurar melhor e efetivo controle.

Os números mostram também que 8,4% dos respondentes continuam tentando obter o porte de armas, e que 5,2% tiveram seus pedidos ou renovações negados. Outra consideração a ser feita, com base nas justificativas das respostas e que explica a alta taxa de respondentes com porte de armas, é que muitos podem ter confundido o porte com o registro da armas, o que são absolutamente distintos.

A Tabela 49 apresenta a distribuição por estado da questão 33. O Espírito Santo apresentou a maior proporção de respondentes com porte de armas, com 40,8%, seguido de Mato Grosso (37,7%) e Pernambuco (36,7%). A menor proporção é a de São Paulo, com 22,4%.

Entre os que não possuem o porte, destaca-se o Rio de Janeiro, com 65,4% dos respondentes. Logo a seguir está o Rio Grande do Sul, onde 60,9% dos proprietários que responderam à pesquisa não têm o porte.

Tabela 49 – Q.33. Você possui porte de arma? – Por Estado

ESTADO	Não		Não * (solicitei)		Não ** (solicitando)		SUBTOTAL (não)		Sim		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	59	41,5%	4	2,8%	10	7,0%	73	51,4%	58	40,8%	11	7,7%	142	100%
MT	24	45,3%	2	3,8%	7	13,2%	33	62,3%	20	37,7%		0,0%	53	100%
PE	27	55,1%	2	4,1%	1	2,0%	30	61,2%	18	36,7%	1	2,0%	49	100%
RJ	34	65,4%	2	3,8%	2	3,8%	38	73,1%	13	25,0%	1	1,9%	52	100%
RO	29	40,8%	7	9,9%	8	11,3%	44	62,0%	23	32,4%	4	5,6%	71	100%
RS	42	60,9%	2	2,9%	5	7,2%	49	71,0%	17	24,6%	3	4,3%	69	100%
SP	127	58,0%	15	6,8%	22	10,0%	164	74,9%	49	22,4%	6	2,7%	219	100%
TOTAL	342	52,2%	34	5,2%	55	8,4%	431	65,8%	198	30,2%	26	4,0%	655	100%

* Corresponde à opção “Não. Solicitei, mas não obtive o porte”

** Corresponde à opção “Não, mas estou solicitando”

A pergunta 34^a, sobre caso o proprietário se mudasse para um local considerado por ele como menos violento, se ele abriria mão do porte de arma, apresentou a seguinte distribuição:

Tabela 50 – Q.34. Caso você se mudasse para um local menos violento, você abriria mão do porte de sua arma?

Porte	Nº de respondentes	Porcentagem
Não	311	47,5%
Não tenho porte	220	33,6%
Sim	70	10,7%
Não responderam	54	8,2%
TOTAL	655	100%

Novamente, quase ½ dos respondentes (47,5%) responderam que não abririam mão, contudo, a percentagem dos que declararam ter porte de armas foi de 30,2%, o que reforça a possibilidade de confusão entre porte e registro. De qualquer forma, sendo o porte ou o registro, ½ dos respondentes preservariam suas aquisições mesmo que habitando em lugares percebidos como menos violentos.

A análise por estado da questão 34 mostra que poucos respondentes abririam mão do porte de arma. Pernambuco apresenta a maior proporção, com 18,4% dos respondentes dispostos a perder o porte caso se mudassem para um local menos violento. Por outro lado, em Rondônia, apenas 4,2% estariam dispostos.

Tabela 51 – Q.34. Caso você se mudasse para um local menos violento, você abriria mão do porte de sua arma? – Por Estado

ESTADO	Não		Não tenho porte		Sim		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	69	48,6%	40	28,2%	19	13,4%	14	9,9%	142	100%
MT	27	50,9%	18	34,0%	6	11,3%	2	3,8%	53	100%
PE	24	49,0%	15	30,6%	9	18,4%	1	2,0%	49	100%
RJ	21	40,4%	21	40,4%	6	11,5%	4	7,7%	52	100%
RO	39	54,9%	21	29,6%	3	4,2%	8	11,3%	71	100%
RS	35	50,7%	21	30,4%	7	10,1%	6	8,7%	69	100%
SP	96	43,8%	84	38,4%	20	9,1%	19	8,7%	219	100%
TOTAL	311	47,5%	220	33,6%	70	10,7%	54	8,2%	655	100%

A pergunta 35^a, sobre se Caso você se mudasse para um local menos violento, você abriria mão da propriedade de sua arma?

Tabela 52 – Q.35. Caso você se mudasse para um local menos violento, você abriria mão da propriedade de sua arma?

Porte	Nº de respondentes	Percentagem
Não	540	82,4%
Sim	86	13,1%
Não responderam	29	4,4%
TOTAL	655	100%

Nesta pergunta específica sobre a propriedade fica evidente o desejo de manter a posse de armas, independentemente da percepção da violência (82,4%). Apenas 13,1% dos proprietários se disporiam a abrir mão da posse de armas caso o ambiente em que vivem se mostrasse mais civilizado. Os dados da questão 34^a e 35^a reforçam o argumento apresentado ao final da análise da questão 18^a.

A Tabela 53 também aponta que a maioria dos respondentes de cada Estado não abririam mão da propriedade da arma mesmo mudando para um local menos violento. Encontram-se nesta condição 94,2% dos respondentes do Rio Grande do Sul e 90,4% do Rio de Janeiro.

Pernambuco apresenta uma situação peculiar, pois 30,6% dos proprietários abririam mão de sua arma, um percentual muito acima da média de 13,1%.

Tabela 53 – Q.35. Caso você se mudasse para um local menos violento, você abriria mão da propriedade de sua arma? – Por Estado

ESTADO	Não		Sim		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	114	80,3%	18	12,7%	10	7,0%	142	100%
MT	47	88,7%	5	9,4%	1	1,9%	53	100%
PE	32	65,3%	15	30,6%	2	4,1%	49	100%
RJ	47	90,4%	3	5,8%	2	3,8%	52	100%
RO	62	87,3%	6	8,5%	3	4,2%	71	100%
RS	65	94,2%	3	4,3%	1	1,4%	69	100%
SP	173	79,0%	36	16,4%	10	4,6%	219	100%
TOTAL	540	82,4%	86	13,1%	29	4,4%	655	100%

A pergunta 36^a se refere à avaliação sobre a Polícia da cidade dos respondentes. As respostas apresentaram a seguinte distribuição:

Tabela 54 – Q.36.a. Sobre a Polícia de sua cidade, avalie o quanto ela é:

	Bastante	Razoável	Pouco	Nada	Total
Tipo	%	%	%	%	%
Acessível	17.0%	46.5%	28.7%	7.8%	100%
Ágil	11.7%	34.7%	38.1%	15.5%	100%
Honesta	17.6%	42.0%	27.2%	13.3%	100%
Numerosa	7.6%	29.8%	49.3%	13.2%	100%

Para todos os atributos referentes à polícia: “acessível”, “ágil”, “honesta”, “numerosa”, a maior concentração de respostas é na faixa central, ou seja, foram julgados como “razoável” ou “pouco”. O qualificativo “bastante” foi aplicado a cada atributo variando de entre 7,6% e 17%, o que significa que pequena parcela dos respondentes valoriza bastante as forças policiais. No outro extremo está o “nada”, variando entre 7,8% e 15,5%, representando os que desqualificam a atuação das forças policiais.

Entretanto, somando se as parcelas de razoável e bastante, percebe-se que a maior parte dos respondentes tem em bom apreço pelo desempenho policial, e que portanto, o Estado não estaria, para os mesmos, tão ausente. Esse raciocínio leva ao questionamento do argumento de que uma das principais razões para os civis se armarem, ao menos para os que responderam, seria pela falta de segurança oferecida pela polícia.

As próximas quatro tabelas apresentam o detalhamento por estado da questão 36. Os respondentes do Rio de Janeiro foram os mais críticos quanto à acessibilidade da polícia: 28,8% consideraram *nada acessível*, enquanto outros 36,5% avaliaram como *pouco acessível*. Os dois grupos compõem 65,3% dos respondentes.

Se considerarmos as categorias *bastante acessível* e *razoavelmente acessível*, a maioria dos Estados apresenta percentual acima de 50%, com exceção do Rio de Janeiro (25%) e do Espírito Santo (47,2%).

Tabela 55 – Q.36.a. Sobre a Polícia de sua cidade, avalie o quanto ela é Acessível – Por Estado

ESTADO	Bastante		Razoável		Pouco		Nada		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	19	13,4%	48	33,8%	42	29,6%	10	7,0%	23	16,2%	142	100%
MT	3	5,7%	33	62,3%	12	22,6%	3	5,7%	2	3,8%	53	100%
PE	5	10,2%	23	46,9%	19	38,8%		0,0%	2	4,1%	49	100%
RJ	6	11,5%	7	13,5%	19	36,5%	15	28,8%	5	9,6%	52	100%
RO	14	19,7%	30	42,3%	9	12,7%	4	5,6%	14	19,7%	71	100%
RS	14	20,3%	34	49,3%	13	18,8%	2	2,9%	6	8,7%	69	100%
SP	37	16,9%	94	42,9%	52	23,7%	11	5,0%	25	11,4%	219	100%
TOTAL	98	15,0%	269	41,1%	166	25,3%	45	6,9%	77	11,8%	655	100%

Quanto à agilidade da polícia (Tabela 56), novamente se destaca o Estado do Rio de Janeiro, onde 38,5% dos respondentes consideraram a polícia *nada acessível* e outros 25% avaliaram como *pouco acessível*. As duas percentagens totalizam 63,5%, a maior entre os listados na tabela. Neste mesmo critério (soma de *pouco* e *nada*), Pernambuco perfaz 57,1% e Mato Grosso soma 52,8%.

O único Estado em que a polícia teve mais de 50% de *bastante* e *razoável* foi Rondônia, com 54,9%. A corporação de São Paulo está próxima, com 47,5%.

Tabela 56 – Q.36.b. Sobre a Polícia de sua cidade, avalie o quanto ela é Ágil – Por Estado

ESTADO	Bastante		Razoável		Pouco		Nada		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	11	7,7%	35	24,6%	54	38,0%	14	9,9%	28	19,7%	142	100%
MT	2	3,8%	18	34,0%	20	37,7%	8	15,1%	5	9,4%	53	100%
PE	1	2,0%	11	22,4%	23	46,9%	5	10,2%	9	18,4%	49	100%
RJ	1	1,9%	8	15,4%	13	25,0%	20	38,5%	10	19,2%	52	100%
RO	14	19,7%	25	35,2%	14	19,7%	7	9,9%	11	15,5%	71	100%
RS	9	13,0%	18	26,1%	26	37,7%	6	8,7%	10	14,5%	69	100%
SP	27	12,3%	77	35,2%	61	27,9%	26	11,9%	28	12,8%	219	100%
TOTAL	65	9,9%	192	29,3%	211	32,2%	86	13,1%	101	15,4%	655	100%

A polícia do Rio de Janeiro novamente foi pessimamente avaliada no quesito honestidade. Entre os respondentes, 65,4% consideraram *pouco* ou *nada* honesta. Em Mato Grosso este percentual atingiu 49,1%.

Entretanto, na maioria dos estados a polícia teve índices acima de 50% para a soma dos quesitos *bastante* e *razoável*. No Rio Grande do Sul o percentual foi de 56,5%, em São Paulo de 55,7%, em Rondônia de 52,1% e no Espírito Santo de 51,4%.

Tabela 57 – Q.36.c. Sobre a Polícia de sua cidade, avalie o quanto ela é Honesta – Por Estado

ESTADO	Bastante		Razoável		Pouco		Nada		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	22	15,5%	51	35,9%	31	21,8%	10	7,0%	28	19,7%	142	100%
MT	3	5,7%	19	35,8%	14	26,4%	12	22,6%	5	9,4%	53	100%
PE	4	8,2%	17	34,7%	15	30,6%	2	4,1%	11	22,4%	49	100%
RJ	1	1,9%	7	13,5%	18	34,6%	16	30,8%	10	19,2%	52	100%
RO	12	16,9%	25	35,2%	13	18,3%	6	8,5%	15	21,1%	71	100%
RS	14	20,3%	25	36,2%	15	21,7%	3	4,3%	12	17,4%	69	100%
SP	39	17,8%	83	37,9%	41	18,7%	23	10,5%	33	15,1%	219	100%
TOTAL	95	14,5%	227	34,7%	147	22,4%	72	11,0%	114	17,4%	655	100%

Quando questionados se a polícia é numerosa ou não, a maioria dos respondentes considerou a polícia *pouco* ou *nada* numerosa. Ao somar os percentuais de ambos os indicadores, o valor ultrapassa os 50% em Mato Grosso (66%), Rio Grande do Sul (58,8%), Rio de Janeiro (57,7%), Espírito Santo (54,9%) e Pernambuco (53,1%). Em São Paulo atingiu 46,1%.

A polícia melhor avaliada foi a de Rondônia, com 40,8% de respondentes que afirmaram ser *bastante numerosa* ou *razoavelmente numerosa*. Mesmo assim, há um equilíbrio com o outro extremo, que atingiu 36,6% de *pouco* ou *nada numerosa*.

Tabela 58 – Q.36.d. Sobre a Polícia de sua cidade, avalie o quanto ela é Numerosa – Por Estado

ESTADO	Bastante		Razoável		Pouco		Nada		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	6	4,2%	24	16,9%	61	43,0%	17	12,0%	34	23,9%	142	100%
MT	1	1,9%	12	22,6%	27	50,9%	8	15,1%	5	9,4%	53	100%
PE	4	8,2%	10	20,4%	21	42,9%	5	10,2%	9	18,4%	49	100%
RJ	8	15,4%	7	13,5%	20	38,5%	10	19,2%	7	13,5%	52	100%
RO	4	5,6%	25	35,2%	22	31,0%	4	5,6%	16	22,5%	71	100%
RS	3	4,3%	13	18,8%	30	43,5%	10	14,5%	13	18,8%	69	100%
SP	15	6,8%	69	31,5%	84	38,4%	17	7,8%	34	15,5%	219	100%
TOTAL	41	6,3%	160	24,4%	265	40,5%	71	10,8%	118	18,0%	655	100%

A Tabela 59 indica o grau de concordância dos respondentes com relação a onze “frases-limite”. Essas frases são consideradas “limite” no sentido de expressarem uma posição extrema, de generalização, de totalidade, de completude. Esperava-se, nas respostas, certa relativização dessas posições extremas, a partir das três opções intermediárias que lhes foram dadas (discordo um pouco, não concordo nem discordo e concordo um pouco). Entretanto, as opiniões concentraram-se nas posições extremas, seja de completa concordância seja de completa discordância com as frases.

Essas frases procuraram testar, também, alguns dos “tipos” imaginados para os “valores e significados atribuídos às armas de fogo pelos proprietários”. Entre esses tipos formulados nesta pesquisa encontram-se os seguintes valores:

- liberdade individual de escolha (presente na defesa do direito de se armar)
- direito de autodefesa (presente na reação à violência existente)
- direitos coletivos à vida (presente na argumentação dos que realçam as mortes e acidentes por arma de fogo, intencionais ou não)
- pacifismo (presente na promoção do diálogo e do entendimento como forma de solução de conflitos)

E os seguintes significados:

- masculinidade
- desejo de parecer heróico ou defensor dos desarmados
- identificação ou imitação

O valor ligado à liberdade individual de escolha esteve fortemente presente na resposta de praticamente metade dos respondentes, que concordaram totalmente com a frase A. além desses, 17,9% concordaram parcialmente com tal afirmação.

O valor ligado ao direito à autodefesa, apesar de também ter a total simpatia da maioria dos respondentes, teve seu apoio menos concentrado na extrema concordância, estando ela mais distribuída entre as posições mais moderadas e, inclusive, a total discordância da afirmação feita pela frase B.

A idéia dos direitos coletivos à vida, presentes nas afirmações feitas pelas frases C, D e F, que dizem respeito tanto ao uso accidental de uma arma de fogo por parte de seu proprietário legal quanto ao efetivo uso por parte deste em uma situação de perigo real, teve relativamente pouco apoio, tendo a maioria dos respondentes discordado totalmente dessas suas frases. Isto pode significar, por um lado, que esses respondentes não reconhecem o possível efeito perverso da presença de um grande número de armas de fogo em posse de civis, por um lado, ou que o conforto propiciado pela posse da arma supera, para os respondentes, esse possível efeito perverso.

Os valores ligados à masculinidade e à identificação por terceiros em função da posse ou do porte da arma de fogo também foram fortemente rejeitados pela maioria dos respondentes. Mais de dois terços deles disseram discordar totalmente da idéia de que a arma lhes dá maior respeito por parte das outras pessoas, ou que têm armas por ser um costume ou tradição local (buscando, assim, identificação com o seu grupo social).

A idéia da abnegação, do heroísmo, também teve maior reprovação, ainda que as opiniões tenham sido bem mais distribuídas entre os diversos graus de concordância.

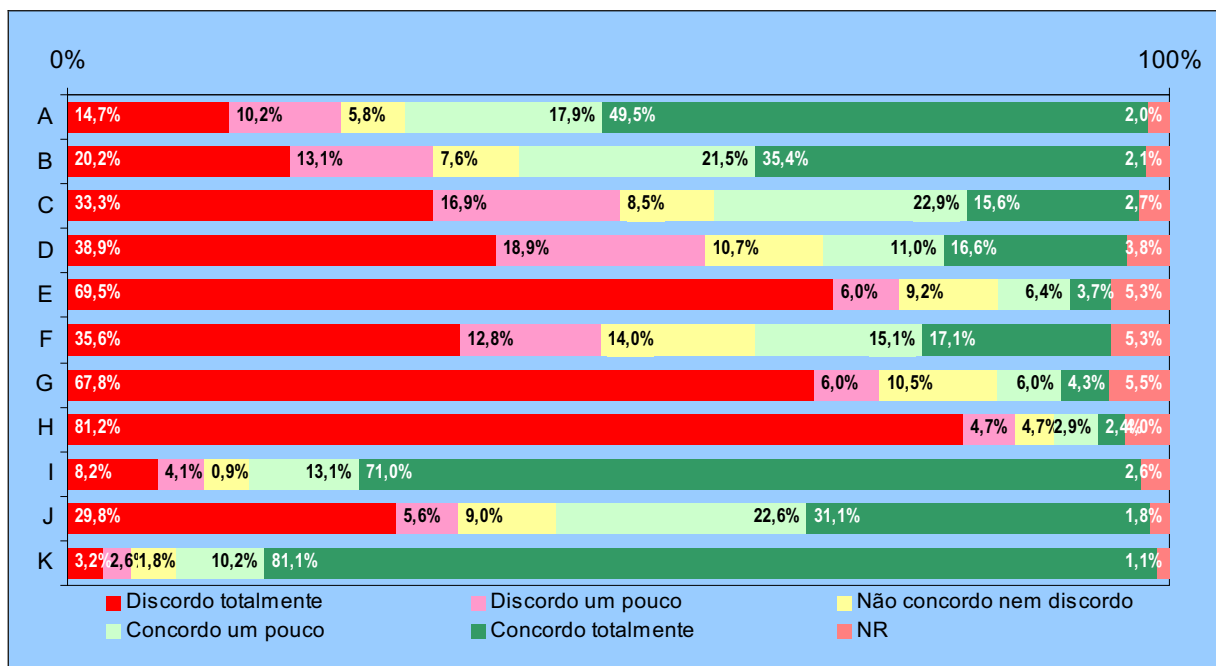
A arma como um instrumento útil para a solução de conflitos teve o maior índice de discordância total por parte dos respondentes, indicando que, mesmo armados, os respondentes apóiam em algum grau um valor de pacifismo, no sentido de valorizar mais a promoção do diálogo e do entendimento como forma de solução de conflitos do que a “solução bárbara” por meio de um instrumento letal.

As três últimas frases não dizem respeito diretamente aos valores e significados atribuídos às armas de fogo, mas à percepção dos respondentes com relação a questões ligadas ao combate à violência e à criminalidade de uma maneira mais ampla. Destaca-se um forte apoio à idéia de que penas mais rigorosas fariam parte da solução para o combate à criminalidade, bem como maior justiça social – lembrando-se que a primeira frase está relacionada à idéia de combate aos efeitos (aos sintomas) da violência, enquanto a segunda, a suas causas.

As opiniões relativas à pena de morte foram as que tiveram o resultado mais curioso: em vez de se concentrarem em um dos extremos dos graus de concordância, as duas opiniões extremas praticamente se equilibraram, com cerca de 30% dos respondentes concordando totalmente e discordando totalmente de sua adoção como forma de combate à violência. Entretanto, um maior nível de concordância parcial da idéia mostra que a adoção da pena de morte tem uma maioria de apoiadores dentre os proprietários de armas de fogo que participaram do *survey*.

Tabela 59 – Q.37 Indique seu grau de concordância com as frases abaixo.

	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Não concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo totalmente	NR	Total
Tipo	%	%	%	%	%	%	%
A) Todas as pessoas têm direito a se armar caso sintam necessidade	14,7%	10,2%	5,8%	17,9%	49,5%	2,0%	100%
B) Todos estão, de alguma forma, ameaçados pela violência e, portanto, devem poder se armar	20,2%	13,1%	7,6%	21,5%	35,4%	2,1%	100%
C) Armas em poder da população significam possível ameaça à vida de inocentes	33,3%	16,9%	8,5%	22,9%	15,6%	2,7%	100%
D) Embora possua arma, nunca a usaria mesmo no caso de uma ameaça	38,9%	18,9%	10,7%	11,0%	16,6%	3,8%	100%
E) Quando estou portando minha arma, sinto-me mais respeitado	69,5%	6,0%	9,2%	6,4%	3,7%	5,3%	100%
F) Só usaria minha arma para defesa de outras pessoas	35,6%	12,8%	14,0%	15,1%	17,1%	5,3%	100%
G) Andar armado é uma tradição ou costume local	67,8%	6,0%	10,5%	6,0%	4,3%	5,5%	100%
H) Ter uma arma me ajuda a resolver problemas e/ou conflitos mais rapidamente	81,2%	4,7%	4,7%	2,9%	2,4%	4,0%	100%
I) Punições mais rigorosas resolveriam o problema da violência no País	8,2%	4,1%	0,9%	13,1%	71,0%	2,6%	100%
J) A adoção da pena de morte resolveria o problema da violência no País	29,8%	5,6%	9,0%	22,6%	31,1%	1,8%	100%
K) O problema da violência só será resolvido quando houver maior justiça e igualdade social	3,2%	2,6%	1,8%	10,2%	81,1%	1,1%	100%



Conclusões

A análise preliminar dos dados foi elaborada com cuidados especiais para não avançar conclusões precipitadas, mas permite fazer algumas considerações, ainda que se necessite de dados complementares oriundos de outras pesquisas para maior segurança nas afirmações.

Características pessoais dos respondentes

As respostas à questão 3, da Parte 1, que mostra que os respondentes foram em quase 85% moradores de áreas urbanas. Se se leva em conta que a respondente em princípio demonstra ser uma pessoa preocupada com o tema, a alta porcentagem de respostas de moradores urbanos parece confirmar que a violência “migrou” do campo para a cidade ao longo do século XX. Interfere nesse dado, sem dúvida, o fato de que há um maior hábito nos meios urbanos de se responder a questionários e consultas de opinião pública. De todo modo, a porcentagem é muito alta, o que indica que a maior exposição à violência passou a ser dos cidadãos.

O número de pessoas na residência, por sua vez, indica que o respondente é uma pessoa responsável por uma família padrão, constituída por um casal e dois filhos. Variações de duas até cinco pessoas devem corresponder a não ter filhos morando em casa ou ter um número de filhos maior ou menor do que dois. A idade apresentou uma distribuição

uniforme entre os vários cortes estabelecidos, entre 26 e 60 anos. Como se esperava, os respondentes são em sua imensa maioria, maciçamente do sexo masculino.

Pode-se notar, também, que há uma alta incidência de respondentes de cor branca, de nível de renda acima da média nacional, de escolaridade média e superior e de profissões universitárias, proprietários de seus negócios ou técnicos especializados. O que confirma que os possuidores de armas com registro legal são tendencialmente indivíduos com posses e possibilidade de compreender os riscos a que se submetem possuindo e eventualmente portando armas.

Esboço de análise integrada

As respostas indicam que se confirma a suposição inicial do projeto de que a percepção da violência levaria à aquisição de armas de fogo. Como se pode ver na parte 3, especialmente nas respostas 16 e 18, os proprietários de armas de fogo avaliam sua cidade e as áreas por onde circulam majoritariamente como mais ou menos violentas. Somadas as alternativas “muito violenta”, “mais ou menos violenta” e “pouco violenta” tem-se resultados de quase 85% para a questão 16 e de mais de 70% para a questão 18. De modo que, embora a área de residência tenha sido avaliada majoritariamente como de baixa ou nenhuma violência (questão 17), pode-se inferir que a violência na cidade superpõe-se à percepção da baixa violência nas áreas de residência, muito provavelmente um fato que decorre de que essas áreas estejam localizadas em bairros de moradia de classe média e alta.

Seria essa a explicação para o gradativo e constante aumento de aquisição de armas, tal como aparece na Tabela 3. Ali se pode notar que cerca de 65% das armas de fogo possuídas pela população respondente foram adquiridas depois de 1986, com uma concentração de 27,3% no intervalo entre 2001 e 2005. Como foi comentado antes, deve haver nesse último período a interferência do próprio Estatuto do Desarmamento que tornou mais difícil a aquisição de armas e previa o Referendo que veio a ser realizado em 23 de outubro último. Havia o temor de que a comercialização de armas de fogo e munição viesse a ser proibida.

Apesar dessa “corrida” ao armamento e de que em alguns estados os proprietários costumem portar a arma (com ou sem porte legal) com alguma frequência, a população procura adestrar-se no manejo da arma e trata de armazená-la com cuidado, havendo variações estaduais. Pode-se notar que houve um aumento a filiações aos clubes de tiro em paralelo à busca de armamento. Não se pode deixar de levar em conta que filiar-se a um clube de tiro foi uma brecha deixada pelo Estatuto do Desarmamento que tornava possível a aquisição de armas.

As finalidades atribuídas às armas confirmam a necessidade de segurança pessoal e profissional para a sua obtenção. Explica também a preferência pelas armas de cano curto, que são mais fáceis de utilização e porte no meio urbano. Interessante observar que isso se dá, embora a Polícia tenha uma avaliação em que predomina o quesito **razoável**. Mas, de fato, embora mais da metade da amostra declare não ter sido vítima - nem seus familiares - de violência no último ano, observa-se que quase 43% sofreu roubo/furto sem violência, assalto ou outro tipo de crime.

Pode-se compreender, portanto, a relutância em se desfazer das armas mesmo em caso de mudança para local menos violento. Assim como as opiniões contrárias à proibição da venda e da comercialização de armas de fogo e munições. De todo modo, houve uma maioria considerável que se mostrou favorável a que haja algum controle ou mesmo um controle rígido sobre armas por parte do Governo.

Considerações finais

Como dito no início do Relatório, a análise dos dados foi apenas iniciada com essa avaliação preliminar a respeito do que foi coletado. Muito embora a representatividade estatística da amostra esteja aquém do que se esperava obter, o que foi conseguido vai em paralelo com outros trabalhos de pesquisa publicados recentemente. E avança no sentido de terem sido obtidos por meio de respostas da população proprietária de armas.

Confirmou o quadro de hipóteses e de variáveis apresentado no projeto e aprofundado no Relatório Parcial. Deste modo, a equipe considera que cumpriu os objetivos e apresenta um resultado que poderá servir para subsidiar a elaboração de políticas para o setor.

Bibliografia

- BELLESILES, M. A. - "The origins of gun culture in the United States, 1760-1865". In Dizard, J. E., Muth, R. M. e Andrews Jr, SP - *Guns in America- a reader*. New York/London: New York University Press, 1999.
- BSSC. British Shooting Sports Council. *A summary of the Council's recommendations in response to the Home Office Review*. Inglaterra: BSSC, 2004a. Disponível em: <<http://www.bssc.org.uk>>. Acesso em: 12/7/2005.
- BSSC. British Shooting Sports Council. *Home Office Review - Controls on Firearms - The Council's response*. Inglaterra: BSSC, 2004b. Disponível em: <<http://www.bssc.org.uk>>. Acesso em: 12/7/2005.
- BSSC. British Shooting Sports Council. *Government Hypocrisy and the Anti-Social Behaviour Act 2003*. Inglaterra: BSSC, 2004c. Disponível em: <<http://www.bssc.org.uk>>. Acesso em: 12/7/2005.
- BUENO, L. *Controle de Armas: Um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- CANADAONLINE. Issue - Gun Registry in Canada: Spiraling costs renew debate on Canadian gun registry. <http://canadaonline.about.com/library/issues/bligunreg.htm>. Acesso em: 16/12/2005.
- CFC – Canadian Firearms Centre. Canada Firearms Centre Overview. Disponível em: <http://www.cfc-cafc.gc.ca/about-nous/overview_e.asp>. Acesso em: 13/12/2005.
- CGC – Coalition for Gun Control. *About the coalition for gun control*. Disponível em: <<http://www.guncontrol.ca/Content/about.htm>>. Acesso em: 13/12/2005.
- _____. *Gun control news 2000-2001*. Disponível em: <<http://www.guncontrol.ca/Content/news.html>>. Acesso em: 13/12/2005b.
- _____. *The constitutional challenge against the firearms act*. Disponível em: <<http://www.guncontrol.ca/Content/ConstitutionalChallenge.html>>. Acesso em: 13/12/2005c.
- CHAPMAN, S. "Gun owners protect themselves from crime". In Kim, H.H. *op.cit.*
- COURTWRIGHT, D. T. – "The cowboy subculture". In Dizard, J. E., Muth, R. M. e Andrews, S. P. *op. cit.*

- DIZARD, J. E. *et alli. Guns in America: a reader*. New York : New York University Press, 1994, 400 p.
- DULCI, O. S. “As elites mineiras e a conciliação:a mineiridade como ideologia”. In ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje – 1984*. São Paulo, 1984.
- FAGAN, J. *Social Contagion of Violence*. New York: NYU, 1999.
- FOLHA DE S.PAULO. “Zona sul lidera queda nos homicídios”, 02/08/2005, caderno Cidades/Metrópole, C3.
- GCA. *Gun Control Austrália*. <<http://www.guncontrol.org.au/>>. Acesso em: 19/12/2005.
- GCA.org . *Gun Control Australia.org*. <<http://www.guncontrolaustralia.org/>>. Acesso em: 19/12/2005.
- GCN. Gun Control Network. *Response to the Home Office Consultation Paper - ‘Controls on Firearms’*. Disponível em: <<http://www.gun-control-network.org/EV04.htm>>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOFSTADTER, *America as a Gun Culture*. América Heritage, 1970.
- HOLEFF, T.L. *Gun control: Opposing viewpoints*. San Diego : Greenhaven Press, Inc., 1997, 185 p.
- HOME OFFICE. Página do governo britânico. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk>>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOME OFFICE. *Controls on Firearms: A Consultation paper*. Great-Britain: Home Office, Communication Directorate, 2004a. Disponível em: <http://www.homeoffice.gov.uk/docs3/controls_on_firearms.pdf>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOME OFFICE. *Criminal Justice Act 2003*. Great-Britain: Home Office, Communication Directorate, 2004b. Disponível em: <www.legislation.hmso.gov.uk/acts/acts2003/20030044.htm>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOME OFFICE. *Firearms and ammunition handed in during the firearms amnesty 2003*. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/docs2/figures.pdf>>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOME OFFICE. *Firearms law: Guidance to the police, 2002*. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/docs/policeguide.pdf>>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOME OFFICE. *Home Office Circular 01/2004*. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/docs2/hoc0104.html>>. Acesso em: 12/10/2005.

- HOME OFFICE. *Home Office Circular 07/2004*. Disponível em:
<<http://www.homeoffice.gov.uk/docs3/hoc0704.html>>. Acesso em: 12/10/2005.
- HOSLEY, W. "Guns, gun culture, and the peddling of dreams". Dizard, J. E., Muth, R. M. e Andrews, S. P. *op. cit.*
- KEINERT, R. C. *et alii*. "Valores e significados atribuídos às armas de fogo por cidadãos proprietários e detentores de porte de armas". Projeto aprovado no Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal promovido pela SENASP/MJ. São Paulo: impresso, 2004.
- KIM, H. H. *Guns and violence*: San Diego : Greenhaven Press, Inc. 1999, 219 p.
- KLECK, G. *Targeting guns: firearms and their control*. New York : Walter de Gruyter Inc., 1997a, 450p.
- KLIER, B et al. *Gun control: restricting rights or protecting people?*. Wylie-USA : Information Plus, 1999, 171 p.
- KOPEL, D. B. *Gun control in Great Britain: saving lives or constricting liberty?*. Chicago : The University of Illinois at Chicago, 1992a, 137 p.
- _____. *The samurai, the mountie, and the cowboy: should America adopt the gun controls of other democracies?*. New York, Prometheus Books, 1992b, 469 p.
- KRUSCHKE, E. R. *Gun control, a reference handbook*. Santa Barbara : ABC-CLIO Inc., 1995.
- LOTT Jr, J. R. "Guns can prevent violence". In Kim, HH (book editor), *Guns and Violence*. San Diego, EUA: Greenhaven Press, 1999a.
- LOTT Jr, J. R. "Controlling Legal Gun Ownership Does Not Reduce Crime". In Kim, H. H. (book editor), *op.cit.*
- MAUSER. G. A. *A Experiência Mal Sucedida: o controle de armas e a Segurança Pública no Canadá, na Austrália, Inglaterra e no País de Gales*. Public Policy Sources. No 71, Nov. 2003.
- MILLER, M. A. D. e HAMENWAY, D. "Rates of firearm ownership and homicide across United States regions and states, 1988-1997". *American Journal of Public Health*, 92(12) 1988-1993 – dec.2002.
- MVB – Movimento Viva Brasil. <<http://www.movimentovivabrasil.com.br/>>. Acesso em: 19/12/2005.

- NRA - NATIONAL RIFLE ASSOCIATION. *A brief history of NRA*. Disponível em: <<http://www.nrahq.org/history.asp>>. Acesso em: 12/12/2005.
- NISBETT, R. E. e COHEN, D. "Violence and honor in the Southern United States". In Dizard, J, Muth RM e Andrews Jr, S. P. *op. cit.*
- O ESTADO DE S.PAULO – “Estatuto do Desarmamento reduz em 14,8% homicídios na capital”, caderno Metrópole, C1, 5/7/2005.
- OLIVEN, R.G. “A fabricação do gaúcho”. In ANPOCS, *op.cit.*
- PERES, M. F. T. *Violência por Armas de Fogo no Brasil - Relatório Nacional*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2004.
- POVEY, D. *Crime in England and Wales 2002/2003: Supplementary Volume 1 – Homicide and Gun Crime*, 2004. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/index.htm>>. Acesso em: 12/10/2005.
- REISS, A. J. e ROTH, J. “Firearm and violence”. In Reiss, A. J. e Roth, JA, *Understanding and Preventing /violence*. Washington, EUA: National Academy Press, 1993.
- SPITZER, R.J. *The politics of gun control*. New Jersey : Chatham House Publisher, 1995.
- SSAA. *What we do Sporting*. Sporting Shooters Association of Australia (SSAA). <<http://www.ssaa.org.au/>>. Acesso em: 19/12/2005.
- _____. Articles Index - Australian Shooters Journal <<http://www.ssaa.org.au/newssaa/ASJ/ASJ.html>>. Acesso em: 19/12/2005.
- THOMPSON, S – “Gun ownership provides effective self-defense”. In Kim, H. H. *op. cit.* Acesso em: 19/12/2005.
- TRINITY COLLEGE. Gun Control. <<http://www.trinity.wa.edu.au/plduffyrc/issues/gun.htm>>. Acesso em: 19/12/2005.
- UTTER, G.H. *Encyclopedia of gun control and gun rights*. Phoenix : Oryx Press, 2000, 376 p.
- WASELFISZ, J.J. – *Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil. – 1979-2003*. Brasília: UNESCO, 2005.
- WEIL, D. S. e HEMENWAY, D. - "Loaded guns in the home - Analysis of a National Random Survey of Gun Owners". Dizard, J. E., Muth, R. M. e Andrews, S. P. *op. cit.*

WIKIPEDIA. Gun Politics. http://en.wikipedia.org/wiki/Gun_control. Acesso em: 19/12/2005.

ANEXO I

Análise das justificativas das respostas de 11 a 15

Preliminarmente, vale observar que, apesar da especificidade das questões e das diversas opções de respostas, o discurso dos entrevistados apresenta uma estrutura narrativa básica, apoiada em alguns temas recorrentes. Com efeito, as respostas às questões sobre:

- *Controle de armas (algum controle, rígido controle) – Questão 11*
- *Proibição de porte (contra ou a favor) – Questão 12*
- *Proibição de comercialização (contra ou a favor) - Questão 13*
- *Proibição de venda de munição (contra ou a favor) - Questão 14*
- *Desarmamento (contra ou a favor) - Questão 15*

envolvem sempre pares de **atores** (o componente positivo é marcado pelo sinal + e o componente negativo é marcado pelo sinal -)

Assim,

- 1. no quesito *órgão controlador* (questão 11), os entrevistados opõem**

+ Forças Armadas, Polícia (federal ou estadual) X - Governo

considerando que:

- o governo é incompetente para exercer tal controle;
- não é atribuição do governo, o qual deve ocupar-se de educação, saúde e empregos;
- o controle pode ser feito pelo Exército ou pelas corporações policiais (federal ou estadual);

Observações:

- a)** há, no entanto, uma percepção imprecisa do papel do governo, pois alguns acham que ele é responsável também pela segurança (o que poderia implicar o controle de armas).
- b)** Alguns entrevistados ressaltam que as corporações policiais também são ineficazes no controle de armas.

- 2. no quesito *usuários de armas* (questão 11), os entrevistados opõem**

+ cidadão qualificado:	X	- indivíduo desqualificado:
cidadão honesto	x	bandido
ordeiro	x	desordeiro
equilibrado	x	desequilibrado
experiente	x	inexperiente
competente	x	incompetente
responsável pela família	x	irresponsável

preparado psicologicamente	x	despreparado psicologicamente
de boa família	x	de origem suspeita
idôneo	x	não idôneo
de boa índole	x	de má índole
trabalhador	x	vagabundo
estável financeiramente	x	desempregado, marginal, “ <i>de baixa renda</i> ”

Com esse perfil, os dois atores (*órgão controlador e usuário de armas*) constituem os pressupostos da seguinte narrativa básica (*frame* = quadro):

“O cidadão qualificado (nós) necessita de proteção para si mesmo, sua família e seu patrimônio. Como o governo e a polícia não são competentes, o cidadão deve proteger-se por conta própria, adquirindo uma arma. Para tanto, ele tem de estar preparado psicologicamente e treinado tecnicamente. É preciso controle, mas não a proibição, pois o cidadão tem o direito de defender-se. Nada disso vale para os outros (os desqualificados).”

Podemos extrair uma ética maniqueísta dessa narrativa:

- o direito ao porte de armas fica reservado ao cidadão qualificado, que não necessita de controle e muito menos de proibição;
- o desqualificado não tem direito algum.

O caráter simbólico dessa ética está expresso na seguinte justificativa de um entrevistado:

“Nem todos podem possuir armas”.

Ou nesta afirmação: *“O porte deveria ter quem realmente precisasse...”*

O caráter difuso e discutível dessa ética reside na estereotipia de suas definições; na verdade, seria preciso definir com clareza e justeza:

- por que **nem todos** podem possuir armas?
- quem **realmente** precisa de armas?
- quem pode ser considerado **preparado** psicológica e tecnicamente para ter porte de armas?

E é exatamente essa ética difusa e estereotipada que governa a narrativa que dá sustentação às respostas às outras questões.

Na questão 12 (**proibição do porte de armas**), o número de respostas contrárias à proibição é significativamente maior do que as favoráveis (84% x 13%). A explicação apóia-se na *ética do cidadão qualificado*” X o não qualificado, reforçada pelo recorrente tema da incompetência das autoridades. A narrativa se repete: o cidadão qualificado (nós), diante da ineficácia do governo, tem de defender-se da violência e dos desqualificados. A tradução perfeita da referida ética está contida na seguinte resposta:

“Desarmando gente boa qualquer vagabundo vira assassino”.

Na questão referente à proibição do comércio de armas (nº 13), repete-se o tema da defesa do cidadão qualificado: 81% são contra a proibição e apenas 10% são favoráveis à proibição da venda de armas. Os argumentos retomam a narrativa da cidadania e do progresso do país:

“A arma é um brasão da justiça e do direito de cada cidadão.”

“A industrialização e o comércio de armas é necessário ao desenvolvimento do país”.

“Desarmar o cidadão porque? E o bandido?”

A 14ª. questão (proibição da venda de munições) mostra que a grande maioria (85%) é, coerentemente, contra a proibição da venda de munições, uma vez que, sem munição, a arma não pode ser utilizada. Mas vale observar, contudo, que as respostas vão além do tema da pergunta, retomando a ética da narrativa básica:

“O direito à legítima defesa deve se dar na mesma proporção da agressão”

“O homem de bem tem direito de comprar tudo que quiser”

“O homem de bem deve comprar sua arma. O bandido não compra e anda armado até os dentes.”

“Quem tem porte são pessoas controladas e psicologicamente conscientes.”

A questão sobre desarmamento (15ª) retoma, de modo coerente e pertinente, a ética do cidadão qualificado, de tal modo que quase 80% dos entrevistados são contra o desarmamento. Aqui se repetem as narrativas que envolvem: *governo incompetente + policiais ineficazes + cidadãos desprotegidos + bandidos armados.*

Mas o entrevistado vai além do tema do desarmamento, ao criticar a falência do poder público:

“Acho que o governo deveria ser rígido com a criminalidade, se preocupar mais com a saúde do povo.”

“Acho que o governo está gastando dinheiro pra esconder o descaso com as polícias desarmada (sic).”

“Acho uma brincadeira desarmar o cidadão, enquanto isso os bandidos se armam mais que a polícia.”

“Demagogia para tapar com peneira a total situação negativa do conjunto polícias-justiça e poder público.”

“Não – fome, falta de escolas, distribuição de renda, sim...”

Resumindo, podemos detectar, nas respostas dos entrevistados, uma narrativa sobre o desencanto com o poder público e o desamparo do cidadão qualificado diante de um cenário de violência e abandono. Além, muito além do problema do porte de armas.-